

ReAD

Revista Acadêmica
de Divulgação Científica

Vol. 4, Nº. 2 - 2026

ISSN - 2965-6222



Produzido pela
Editora Universitária
Tiradentes



R-VERSO

CIÊNCIA EM CANTORIA:
A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA
NA OBRA DE GILBERTO GIL



CURIANDO

ENTRE A TRADIÇÃO E O
DIGITAL: REZADEIRAS E
PLATAFORMIZAÇÃO DO SABER



DOSSIÊ

O ENSINO MÉDICO E A
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

5. En pro dic

Encontro de Produção e
Difusão Científica do Nordeste

“Plataformização
da divulgação científica
e os desafios para ciência
aberta no Nordeste”

INSCRIÇÕES ABERTAS

www.enprodic.com.br

Evento Presencial

23
a 25
setembro
2026



Unit UNIVERSIDADE
TIRADENTES
Programa de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão

 EDITORA UNIVERSITÁRIA
TIRADENTES

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

 Instituto de
Tecnologia e
Pesquisa

 **CAPES**

 **getic**

Reitor
Jouberto Uchôa de Mendonça

Vice-Reitor
Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior

Diretor Acadêmico
Marcos Wandir Nery Lobão

Diretoria de Relações Institucionais
Valter Joviniano de Santana Filho

ReAD

Revista Acadêmica
de Divulgação Científica

Editoras-Chefe
Cristiane Porto (UNIT/ITP/CNPq)
Claudia Melo (UNIT/ITP)
Edilece Couto (UFBA/CNPq)

Editora de Conteúdo
Ana Izabel Nascimento Souza

Editores-Assistentes e Criadores de Conteúdo
Bianca Sthephanny Martins Gomes
Alícia Macedo

Diretor de Arte e Conteúdo | Marketing Científico
Igor Bento Lino

Conselho Editorial
Adilson Jesus Aparecido de Oliveira - UFSCAR/CNPq
Alexandre Meneses Chagas - UNIT
Antonio Brotas - Fiocruz - BA
Antonio Carlos Rodrigues de Amorim - UNICAMP/CNPq
Camila Silveira da Silva (UFPR/CNPq)
Edvaldo Souza Couto - UFBA/CNPq
Isaltina Gomes - UFPE/CNPq
Kaio Eduardo de Jesus Oliveira - UFRB
Laércio Ferracioli - UFES/CNPq
Luiza Massarani - FIOCRUZ - RJ/CNPq
Maíra Bittencout - UFS
Mariana Leonesy da Silveira Barreto - UEFS
Mariano Gomes Pimentel - UNIRIO
Normanda Araujo de Moraes - UNIFOR/CNPq
Rodrigo Arantes Reis - UFPR/CNPq

Realização
Programa de Pós-Graduação em Educação
Editora Universitária Tiradentes

Apoio
Instituto de Tecnologia e Pesquisa - ITP
Observatório da Educação Tiradentes/Tiradentes
Innovation Center

Publicação Semestral
ISSN - 2965-6222
DOI - 10.17564/2965-6222
Vol. 4, Nº. 2 - 2026



Edição anterior

Produção  EDITORA UNIVERSITÁRIA
TIRADENTES

www.editoratiradentes.com.br/read

@edunit_br1

revista.dcientifica@gmail.com

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da ReAD. Esses textos tem como objetivo promover a divulgação e difusão de material científico e pesquisa.

EDITORIAL

A ReAD entra em campo com uma seleção de ideias pronta para disputar as grandes copas do conhecimento. Aqui, não há derrotados nem eliminações: cada leitura é um troféu conquistado, cada página percorrida amplia horizontes e transforma a curiosidade em vitória. O apito inicial marca uma jornada em que ciência, cultura e inovação jogam no mesmo time, convidando você a celebrar o conhecimento como o verdadeiro campeão.

E, por falar em seleção, o nosso elenco desta edição reúne temas que movimentam o presente e desenham o futuro: Educação, Inteligência Artificial, Sismos, Endometriose e Divulgação Científica. São palavras que ultrapassam o papel e se transformam em paisagens, corpos, territórios e conexões. Cada uma abre caminhos para compreender o mundo, provoca novas perguntas e fortalece redes de diálogo, colaboração e compartilhamento.

Como em toda boa partida, reservamos algumas jogadas surpreendentes. Nesta edição, apresentamos um dossiê sobre Medicina e Inteligência Artificial, narrado pela voz dos estudantes, protagonistas que refletem sobre os desafios e as possibilidades desse encontro entre tecnologia e cuidado. Vale a pena acompanhar esse coro de perspectivas e descobrir como a formação acadêmica também se constrói na escuta, na experimentação e no pensamento crítico.

“ Afinal, o conhecimento
não conhece linha
de chegada: ele se
reinventa a cada leitura. ”

A trilha sonora continua pulsando em nossas páginas com a sensibilidade e a potência poética do cancionista de Gilberto Gil, lembrando que ciência e arte caminham lado a lado quando o objetivo é interpretar a complexidade do mundo. E, para mostrar que o conhecimento, de igual modo, sorri, os memes voltam a ocupar seu espaço, aproximando a cultura científica do cotidiano com criatividade, humor e inteligência.

Convidamos você a vestir a camisa da curiosidade, percorrer este campo fértil de descobertas e deixar-se atravessar pelas reflexões que brotam a cada texto. Afinal, o conhecimento não conhece linha de chegada: ele se reinventa a cada leitura, floresce em cada diálogo e encontra, em cada leitor, um novo território para germinar. Desejamos excelente leitura!



Msc. Ana Izabel Nascimento Souza
Editora de Conteúdo
Médica de Família e Comunidade – UFS
Mestre em Saúde e Ambiente – UNIT



Profa. Dra Cristiane de Magalhães Porto (UNIT/ITP/CNPq)
Editora-Chefe – Pesquisadora Nível B – CNPq

SUMÁRIO

6

PRODUÇÃO CIENTÍFICA
A EDUCAÇÃO ENTRE TELAS,
BOLHAS E SAÚDE MENTAL



ARTIGO DE OPINIÃO

8

A ARQUITETURA DA ALTERIDADE:
PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL INCLUSIVA (PNEEI)



11

O QUE HÁ DE ENGRAÇADO
NOS MEMES CRIADOS COM
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
GENERATIVA?

14

PRODUÇÃO CIENTÍFICA
PEDAGOGIA E CIBERCULTURA:
NOVAS FORMAS DE
APRENDIZAGEM NA ERA DIGITAL

CURIANDO

16

ENTRE A TRADIÇÃO E O
DIGITAL: REZADEIRAS E
PLATAFORMIZAÇÃO DO SABER

36

TERREMOTOS NO BRASIL:
DESVENDANDO OS SISMOS QUE
MARCARAM A NOSSA HISTÓRIA

19

PRODUÇÃO CIENTÍFICA
ENDOMETRIOSE E
INFERTILIDADE: O QUE A
MULHER PRECISA SABER

34

Enprodic
Encontro de Produção e Difusão Científica do Nordeste

40

PRODUÇÃO CIENTÍFICA
DA SALA DE AULA AO PALCO DA
CIÊNCIA - FEIRAS DE CIÊNCIAS



43

CIÊNCIA EM CANTORIA:
A DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA NA OBRA
DE GILBERTO GIL

45

PRODUÇÃO CIENTÍFICA
CULTURA DIGITAL E INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL GENERATIVA:
DESAFIOS DA AUTORIA HÍBRIDA E
DA ÉTICA NO USO DA IA



DOSSIÊ

22

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS NA
SAÚDE DIGITAL: DESAFIOS ÉTICO-JURÍDICOS NA ERA DA
TELEMEDICINA E DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

24

SAÚDE PRISIONAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ATENÇÃO BÁSICA

26

MEDICINA DE FAMÍLIA, SAÚDE PLANETÁRIA
E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

28

ALFABETIZAÇÃO DIGITAL COMO DIREITO E DETERMINANTE
SOCIAL: A NECESSIDADE DA AÇÃO INTERSETORIAL PARA
A EQUIDADE EM SAÚDE

30

SAÚDE E TECNOLOGIA

32

O VIÉS ALGORÍTMICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
E A REPRODUÇÃO DE PADRÕES DISCRIMINATÓRIOS
NA FORMAÇÃO MÉDICA

47

SUBMISSÃO

A EDUCAÇÃO ENTRE TELAS, BOLHAS E SAÚDE MENTAL

Tarrara Alves Horsth | Isabela de Avelar Brandão Macedo | Maria Neide Sobral

A Lei nº 15.100/2025, que regulamenta o uso de eletrônicos por estudantes da educação básica, gerou debates em 2025. O objetivo da lei é proteger a saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes, reconhecendo o potencial pedagógico dos dispositivos quando usados de forma responsável e ética.

A comunidade acadêmica concorda que o uso excessivo de celulares está associado a problemas como dificuldades de aprendizagem, ansiedade e prejuízos às interações sociais. Contudo, o ano de 2025 também destacou os benefícios da Inteligência Artificial no apoio a tarefas escolares e na transformação das práticas de ensino. Este cenário complexo exige diálogo.

A legislação é um avanço, mas sua eficácia depende da formação docente, da educação midiática e de políticas públicas que combatam a economia da atenção e a desinformação. Questionamos **como a lei pode promover saúde mental e o uso crítico das tecnologias em um ambiente dominado por bolhas e algoritmos que incentivam o uso excessivo**, articulando-se com obras que discutem esses temas.

As tecnologias estão presentes na vida de crianças e adolescentes ocupando espaço central em suas rotinas, elas podem ampliar aprendizagens e o acesso à informação, mas também geram distração, dependência, exposição a conteúdos impróprios e prejuízos à saúde mental. A Lei nº 15.100/2025 proíbe o uso de aparelhos eletrônicos durante aulas, recreios e intervalos, autorizando-os apenas para fins pedagógicos, emergências, acessibilidade, inclusão, saúde e garantia de direitos. A intenção é regular o uso para proteger os estudantes.

No livro “*Como sair das bolhas*”, Pollyana Ferrari (2021) explica que as **bolhas informacionais são ambientes digitais que reforçam as próprias crenças**, evitando opiniões divergentes, aumentando a radicalização. A isso somam-se as *fakes news*, conteúdos falsos criados para manipular ou gerar lucro. Atualmente emoções e crenças pesam mais que fatos verificados. Com o uso irrestrito do celular, esses fenômenos influenciam estudantes, que podem reproduzir visões distorcidas da realidade.

Nesse mundo virtual, o narcisismo digital (busca por curtidas e validação) está em alta, as plataformas digitais utilizam algoritmos que priorizam conteúdos emocionais, polarizados e sensacionalistas para prolongar o uso e gerar lucro. Esse fenômeno, bem explicado no livro “*A Máquina do Caos*”, de Max Fisher (2023), **estimula a dependência, aumenta ansiedade e depressão e afeta especialmente jovens**, mais vulneráveis às dinâmicas algorítmicas.

A Lei 15.100/2025 enfatiza a proteção à saúde mental, física e psíquica dos estudantes e orienta que as escolas desenvolvam estratégias de prevenção ao sofrimento psíquico, incluindo efeitos do uso excessivo de telas e da *nomofobia* — o medo de ficar sem o celular.

No cenário da *plataformização da verdade*, em que as empresas de tecnologia controlam o que circula como informação confiável, os jovens são expostos a sistemas feitos para capturar atenção, enquanto a regulação avança lentamente. Por isso a lei também é uma ação estatal para proteger o ambiente escolar como espaço de formação crítica.

A simples proibição do uso do celular não resolve, por si só, os problemas relacionados à desinformação, à dependência digital e ao sofrimento psíquico. Essa proposta de mudança precisa estar acompanhada de ações educativas permanentes.

Da nossa ótica enquanto professoras, sugerimos a criação, nas redes de ensino, de um **Programa de Educação Midiática e Saúde Digital**, com os seguintes eixos:

1. **Formação continuada de professores**, voltada ao uso pedagógico das Tecnologias digitais, fact-checking, leitura crítica da mídia e prevenção do sofrimento psíquico;
2. **Projetos interdisciplinares com estudantes**, envolvendo análise de fake news, reflexão sobre algoritmos, produção de conteúdo consciente e debates sobre saúde mental;
3. **Espaços permanentes de escuta e acolhimento**, conforme previsto na própria lei, com atuação integrada entre pedagogos, psicólogos e professores;
4. **Parceria com as famílias**, por meio de palestras e oficinas sobre uso responsável das tecnologias no cotidiano doméstico.

Círculos de leitura orientada de livros como *Como sair das bolhas* (Pollyana Ferrari) e *A Máquina do Caos* (Max Fisher) e outros, que contenham pesquisas sérias e conceitos fundamentais para compreender o momento atual do uso da tecnologia. Com encontros periódicos voltados para ao estudo dos conceitos teóricos (bolhas informacionais, desinformação, algoritmos, economia da atenção e saúde mental) e à discussão de casos reais relacionados ao uso das redes sociais, é provável que estudantes, pais, professores e gestores compreendam o que está por trás do funcionamento das plataformas digitais.

A legislação representa um avanço importante ao reconhecer que o ambiente escolar deve ser protegido da lógica da economia da atenção. No entanto, seu êxito depende da articulação com famílias, gestores e políticas públicas amplas que entendam as tecnologias digitais não apenas como ferramentas, mas como elementos centrais na formação cidadã e crítica.

Dessa forma, a escola pode cumprir seu papel de formar sujeitos capazes de sair das bolhas informacionais, resistir à lógica algorítmica e desenvolver uma relação mais ética, equilibrada e consciente com as tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Editora EDUC – Editora da PUC-SP, 2021.

FISHER, Max. **A Máquina do Caos**. Rio de Janeiro: Editora Todavia, 2023.



Prof. Ma. Tarrara Alves Horsth

Professora de Finanças e Contabilidade do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Doutoranda em Educação na Universidade Tiradentes (UNIT).
E-mail: tarrara.horsth@ifnmg.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2129-9403>



Prof. Dra. Isabela de Avelar Brandão Macedo

Professora Titular dos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Tiradentes (UNIT), membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).
E-mail: isabela.avelar@souunit.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6625-0163>



Prof. Dra. Maria Neide Sobral

Professora emérita aposentada da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e professora titular da Universidade Tiradentes (UNIT).
E-mail: sssobral@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8771-7183>



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4201>

A ARQUITETURA DA ALTERIDADE: PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA (PNEEI)

Rita de Cassia Amorim Barroso | Antenor de Oliveira Silva Neto



Imagem: magnific.com

O que uma escola e a sociedade ganham ao se tornarem mais inclusivas?

Quando a escola reconhece e respeita a diversidade humana, ela deixa de apenas cumprir uma lei para se tornar um espaço de convivência e valorização das diferenças. O ganho é coletivo: os estudantes constroem vínculos sociais mais fortes e aprendem em condições equitativas. Em última análise, a PNEEI reafirma que uma educação de qualidade para todos só é possível quando a escola se compromete em remover as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento de cada ser humano.

Afinal, a inclusão é um projeto para alguns alunos ou uma transformação para toda a instituição?

A PNEEI deixa claro que a educação especial inclusiva é um compromisso de toda a escola. Não se trata de uma política voltada apenas para o público específico, mas de uma reestruturação do próprio conceito de qualidade de ensino, que passa obrigatoriamente pelo reconhecimento das diferenças e pela garantia de direitos para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 30 de junho de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília: Presidência da República, 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.



Rita de Cassia Amorim Barroso

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT). Integrante do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais/CNPq).
E-mail: cassia_rita@unit.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0783-5284>



Antenor de Oliveira Silva Neto

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Tiradentes. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT). E-mail: antenor_oliveira@unit.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4787-7566>



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4202>



Kaio Eduardo de Jesus Oliveira

O QUE HÁ DE ENGRAÇADO NOS MEMES CRIADOS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA?

Durante muito tempo, os memes foram vistos como expressões espontâneas da cultura digital. Em análises mais profundidade, podem ser caracterizados pelas formas criativas de autoria coletiva mobilizadas por variados formatos de humor nas interações em rede. No entanto, com a popularização de grandes modelos de linguagem embarcados sob a lógica de sistemas de inteligência artificial generativa nos últimos anos, esse cenário tem se reconfigurado. Hoje, modelos como o *ChatGPT*, o *Gemini*, *Veo3*, entre outros, permitem criar imagens, vídeos e narrativas audiovisuais a partir de simples comandos de texto que permitem também a criação de memes com inteligência artificial generativa.

Em vez de editar manualmente conteúdos, imagens, vídeos, usuários passam a orientar máquinas e algoritmos que produzem de forma automatizada múltiplas versões de um determinado meme. O resultado é um deslocamento importante: o gesto criativo de autoria on-line deixa de ser humano e passa a ser compartilhado com sistemas treinados a partir de grandes volumes de dados presente em uma determinada base de dados.

Nesse contexto, o humor característico dos memes pode ser entendido lido uma prática sociotécnica de produção cômica, na qual sistemas generativos produzem conteúdos a partir da recombinação probabilística de padrões linguísticos e culturais disponíveis em

suas bases de dados. Diferentemente do humor humano, que envolve intencionalidade, experiência e compreensão de contextos sociais, o humor sintético opera por simulação: ele reproduz formas reconhecíveis do cômico sem necessariamente compreender seus significados ou funções sociais (Bergson, 1979).

Experiências recentes com sistemas como *Grok*, *Gemini*, *ChatGPT* evidenciam que modelos generativos de IA são capazes de produzir piadas que provocam algum tipo riso em níveis comparáveis aos humanos, justamente porque o humor, em certa medida, pode ser estruturado em padrões como a quebra de expectativa. No entanto, essa capacidade evidencia também um limite fundamental: a inteligência artificial pode fazer rir, mas não participa do humor como prática social situada. Ela não reconhece normas sociais, não utiliza o humor estrategicamente em interações e não possui intenção comunicativa própria. Assim, o riso produzido permanece dependente da interpretação e validação humana.

Sob essa lógica a recombinação cultural é ampliada e parcialmente automatizada. Com sistemas capazes de gerar imagens, vídeos e textos a partir de comandos textuais (*prompts*) tem sido possível produzir combinações de elementos visuais e narrativos, criando cenas hiper-realistas, personagens fictícios e situações com elevada aparência de autenticidade.

O que antes resultava predominantemente da cocriação em rede passa a envolver processos de recombinação algorítmica operados sobre vastos conjuntos de dados. Nesse contexto, a autoria torna-se ainda mais difusa, deslocando-se para a interação entre usuários, bases de dados e modelos computacionais, ao mesmo tempo em que se intensificam a velocidade de produção, a circulação de conteúdos.

Diferentes contas e perfis em plataformas como *Instagram* e *TikTok* evidenciam a consolidação dessa estética comunicacional. Fenômenos virais recentes, como as chamadas “novelas de frutas”, séries de vídeos curtos produzidos com inteligência artificial que antropomorfizam frutas e outros objetos em narrativas melodramáticas, absurdas e humorísticas ilustram de maneira significativa essa tendência. Diversos vídeos curtos com conteúdos semelhantes que produzem situações risíveis, amplamente disseminados por páginas dedicadas ao humor algorítmico e à produção automatizada de vídeos, combinam imagens hiper-realistas, roteiros simples, forte apelo emocional e narrativas seriadas capazes de capturar rapidamente a atenção do público. Mais do que provocar o riso, esses fenômenos são concebidos para maximizar sua circulação nas plataformas, respondendo às dinâmicas que privilegiam retenção de audiência, compartilhamentos e engajamento.

Nesse contexto, o humor ultrapassa sua condição de manifestação cultural para integrar as lógicas das plataformas digitais. O riso deixa de representar apenas uma reação e passa a ser convertido em dado, mensurado por métricas como visualizações, curtidas, comentários e tempo de permanência na tela. Assim, a comichidade torna-se simultaneamente linguagem cultural e estratégia de otimização, orientada por mecanismos que favorecem conteúdos capazes de gerar maior circulação e visibilidade no ambiente digital.

Se por um lado o humor sintético amplia as possibilidades criativas, por outro ele introduz desafios inéditos. A capacidade de produzir conteúdo com apa-

rência hiper-realista mesmo quando completamente fabricados torna mais difícil distinguir o que é “verdadeiro” do que é “artificial”. Memes gerados com mediação de IA generativa, podem simular acontecimentos, distorcer falas ou inserir pessoas em contextos que nunca existiram. E, por circularem em formatos leves, curtos e cômicos, tendem a ser consumidos sem verificação crítica. O riso, nesse caso, pode funcionar como um mecanismo de desinformação.

Essa discussão torna-se especialmente relevante no campo político. Nas eleições brasileiras de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu regras para o uso de inteligência artificial em campanhas, exigindo a identificação de conteúdos sintéticos, restringindo deepfakes e ampliando a responsabilização das plataformas digitais. Tais medidas reconhecem que conteúdos aparentemente triviais, como memes, podem influenciar a formação da opinião pública e os processos democráticos.

Entretanto, a circulação do humor em conteúdos feitos com IA não ocorre de forma espontânea. Plataformas digitais operam por meio de algoritmos que privilegiam conteúdos capazes de gerar engajamento, frequentemente associados a emoções intensas, como surpresa, indignação ou riso. Com a IA generativa, memes e outros conteúdos podem ser produzidos em larga escala e rapidamente amplificados, favorecendo a disseminação de narrativas verdadeiras ou falsas. Nesse contexto, o humor não é apenas espontâneo, ele é propagado por uma infraestrutura comunicacional, capaz de moldar percepções sociais e políticas.

Embora iniciativas regulatórias sejam importantes, seus efeitos são limitados diante da velocidade da produção digital, da ambiguidade característica do humor e da escala das plataformas. Por isso, torna-se fundamental fortalecer o letramento em inteligência artificial e a educação midiática, desenvolvendo competências para reconhecer conteúdos sintéticos, compreender o funcionamento dos algoritmos, analisar

“O humor sintético amplia as possibilidades criativas, mas também desafia as fronteiras entre realidade e artificialidade.”



criticamente mensagens humorísticas e questionar suas origens e intenções.

O humor mediado por algoritmos não representa apenas uma tendência passageira da internet. Ele evidencia transformações profundas nas formas de comunicação, produção de sentidos e participação social. Se a inteligência artificial amplia as possibilidades criativas, também desafia as fronteiras entre realidade e artificialidade, humor e manipulação. Nesse cenário, compreender criticamente o que nos faz rir torna-se uma competência indispensável para a cidadania e para o fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SENADO Federal do Brasil. **Inteligência artificial nas eleições: veja o que ficou decidido pelo TSE**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 9 abr. 2026.

Tribunal Superior Eleitoral. Resoluções sobre o uso de inteligência artificial nas eleições de 2026. Brasília: TSE, 2026. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 9 abr. 2026.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4203>



Kaio Eduardo de Jesus Oliveira

Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Cultura, Linguagens e Territórios-PPGCult, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB.
E-mail: kaioeduardo@ufrb.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5390-0593>

PEDAGOGIA E CIBERCULTURA: NOVAS FORMAS DE APRENDIZAGEM NA ERA DIGITAL

Laura Xisto Lima | Indayane Gomes da Silva

Imagine uma sala de aula onde o professor começa a aula pedindo aos alunos que abram o celular. Estudar com o auxílio de dispositivos eletrônicos e internet se resumia a digitar documentos no Word, fazer pesquisas no Google, salvar diferentes arquivos em pastas organizadas, compartilhar documentos por e-mail. Agora, é bem mais que isso: temos todos esses artefatos conectados em um só, muito mais aprimorados e valiosos à prática humana.

Entretanto, não é só utilizar plataformas e sair impune disso. Aqui, falaremos sobre um importante aspecto: a plataformização da educação. Plataformização ou sociedade de plataformas é o termo utilizado para descrever como a vida humana, seus fluxos econômicos e de convivência social são modulados por um ecossistema global de plataformas digitais on-line. Essas baseadas no uso de algoritmos de IA alimentados por gigantescas bases de dados (*Big Data*) (DIJCK; POELL; WALL, 2018), aproveitando-se do avanço de outro fenômeno, o da dataficação.

Dataficação é a tendência tecnológica e social que transforma diversos aspectos da vida em dados quantificáveis. Ou seja, quando utilizamos as plataformas digitais para fins educacionais, estamos colaborando para um sistema que lucra com esse uso, através da modulação de algoritmos e retenção de dados dos usuários.

Todavia, não falamos apenas de aspectos negativos. As plataformas e empresas digitais trouxeram avanços significativos para o panorama educacional

frente à cibercultura. Para Vasconcelos, Ferrete e Lima (2020), com o Google for Education, é possível o acesso e o desenvolvimento das tarefas independente de local/ espaço, uma vez que não há obrigatoriedade de determinar o espaço físico do ambiente escolar como único local para o cumprimento das atividades e dos estudos.

Para os professores, as práticas digitais relacionadas à educação transformam-se em poderosos recursos. Seguindo a linha de raciocínio que visa o docente como ser em constante formação, o contato com as TDIC em seu processo de ensino viabiliza as novas formas de aprendizagem oriundas da cultura digital.

Para Vasconcelos, Ferrete e Lima (2020), as TDIC, além de desenvolver competências e habilidades, o professor pode utilizar novas estratégias metodológicas que viabilizem o novo formato de planejamento de suas aulas. As quais estariam apoiadas numa pedagogia construtivista com foco no aprendizado do aluno, e não mais no professor, podendo ainda promover aprendizagem colaborativa através do acesso à internet por meio de dispositivos móveis.

A Unesco (2014) estabelece que esse tipo de aprendizado em rede é possibilitado pelas tecnologias móveis. Aquelas que são digitais, facilmente, portáteis, de propriedade e controle de um indivíduo e não de uma instituição, com capacidade de acesso à internet e aspectos multimídia. E, ainda, podem facilitar muitas tarefas, particularmente, aquelas relacionadas à comunicação.



Contudo, nem tudo são flores. O uso de tecnologias digitais e dispositivos eletrônicos na Educação pode trazer vantagens e desvantagens. É necessário recalculiar a conjuntura educacional vigente, que ainda não considera a formação do ser de forma integral. Uma educação que visa o desenvolvimento de competências relacionadas à aprendizagem em rede desenvolve um sujeito dotado de habilidades do mundo digital, possibilitando sua integração e interação na sociedade.

Para Santos, Vasconcelos e Alves (2024), mais do que ativa, a aprendizagem precisa ser significativa para si, para os outros e para a sociedade. Portanto, frente às modificações culturais que as tecnologias digitais provocaram na sociedade, é necessário colocar em prática, de forma produtiva, os recursos que temos em mãos, para que a educação esteja alinhada ao desenvolvimento tecnológico e social.

É fato que, uma educação alinhada ao desenvolvimento tecnológico não é aquela que simplesmente adota as últimas novidades do mercado, e sim aquela que pensa criticamente sobre elas, que forma estudantes capazes de compreender o mundo digital em que vivem. O desafio é grande, mas está longe de ser impossível.

REFERÊNCIAS

EVANGELISTA, Rafael Almeida; LAUSCHNER, Tanara; MARTINHÃO, Maximiliano; FAULHABER, Henrique. **Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados: problemas e conceitos**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

SANTOS, Willian Lima; VASCONCELOS, Alana Danielly; ALVES, Manoel Messias Santos. **Smartphone em sala de aula: vilão ou aliado? Reflexões sobre a aprendizagem movem com base nos relatórios da UNESCO**. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 609–623, 2024. DOI: 10.17564/2316-3801.2024v12n2p609-623.

VASCONCELOS, Alana Danielly; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; LIMA, Ivonaldo Pereira de. **Formação docente para o uso dos aplicativos do Google for Education em sala de aula**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1877–1887, 2020. DOI: 10.21723/riace.v15i4.12741.



Laura Xisto Lima

Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes (PPED). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa (UFS).
E-mail: lauraxisto12@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2365-0079>



Indayane Gomes da Silva

Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes (PPED). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (UNIT).
E-mail: day2gomes@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7131-9981>



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4204>



CURIANDO

ENTRE A TRADIÇÃO E O DIGITAL: REZADEIRAS E PLATAFORMIZAÇÃO DO SABER

Caique da Silva de Jesus

Os conhecimentos passados de geração em geração, por meio da boca a boca e dos ensinamentos dos mais velhos, fazem parte do patrimônio cultural de várias comunidades brasileiras. Entre esses saberes está a prática das rezadeiras/benzadeiras, mulheres que recorrem à reza tradicional como forma de cura, utilizando orações ou preces, seja da religião católica, candomblé ou tradições indígenas. São pessoas que cuidam das doenças físicas, espirituais e emocionais, utilizando folhas, ervas, imagens e água como instrumentos de benzimento e banhos.

No Recôncavo baiano, região cercada pela Baía de Todos os Santos, no estado da Bahia, e que concentra algumas das expressões mais fortes da cultura afro-brasileira no país, principalmente em cidades como Cachoeira e Santo Amaro, as lembranças sobre as rezadeiras fazem parte de muitas famílias, elas eram tias, avós, vizinhas ou pessoas conhecidas das comunidades. Dona Janice Magno, rezadeira da cidade de Cachoeira, conta que aprendeu as rezas observando e ouvindo as mulheres mais velhas que costumavam rezar seus filhos. Com atenção e curiosidade, passou a registrar os ensinamentos em um caderno.



Altar com santos católicos, velas e elementos religiosos

Dona Janice com ramos de ervas e seu caderno de rezas

Em minha caminhada, lembro que minha avó tinha o costume de cultivar ervas medicinais no quintal, como boldo, favaquinha-de-cobra, quioiô e mastruz, entre outras plantas usadas no preparo de chás e banhos. Também era comum buscar às rezadeiras quando surgiam alguns problemas de saúde. Essas lembranças mostram como esses saberes faziam parte do dia a dia e eram passados de pais para filhos, permanecendo vivos ao longo dos anos.

A reza não é apenas um ato solitário, são todos os elementos que envolvem, seja a presença dos fiéis, dos objetos sagrados (terços, imagens de santos católi-

cos e orixás do candomblé), mas também as folhas e as palavras faladas como prece. Cada um desses objetos e símbolos atuam como ponte produzindo resultados que tornam possível a experiência da reza, cada uma possui finalidade específica, contra mau-olhado, espinhela caída, quebranto, cobreiro e segue orientações passadas de boca a boca através de gerações. Assim, a rezadeira não é uma pessoa sozinha, mas uma ligação entre pessoas, objetos, saberes e crenças.

Hoje em dia, essa prática parece estar cada vez mais difícil de encontrar. Os mais velhos, aqueles e aquelas que ainda rezam e carregam esses conhecimentos,



costumam dizer que os mais novos não têm interesse em aprender. Nos últimos 20 anos, com a chegada da internet e o acesso mais fácil aos celulares, computadores e principalmente às redes sociais, através do processo de plataformização da sociedade, os jeitos de aprender, ensinar e trocar experiências mudaram. Diante desse cenário, cabe perguntar: o que acontece com saberes que se compartilharam pelo corpo e pela voz quando as plataformas digitais passam a mediar também os modos de aprender, de ensinar e de rezar?

Durante a presente pesquisa, foram entrevistadas duas rezadeiras de diferentes idades, com 29 e 75 anos. O objetivo era compreender como elas enxergam a presença das rezas a partir da mediação das plataformas digitais. Apesar da diferença de idade, ambas compartilharam olhares parecidos. Para elas, as mídias digitais podem ser uma importante ferramenta para registrar, divulgar e valorizar esses conhecimentos, contribuindo para que mais pessoas conheçam essa tradição.

Ao mesmo tempo, as duas destacaram que existe algo nas rezas que não pode ser totalmente mediado digitalmente. O toque das folhas sobre o corpo, o aroma das ervas, a presença das pessoas e o ambiente criado durante o encontro fazem parte da experiência. Segundo elas, esses elementos ajudam a fortalecer essa prática e dificilmente podem ser reproduzidos no ambiente digital.

Esses olhares mostram que a relação entre tradição e tecnologia não é marcada apenas por diferenças. Não se trata de mudar as práticas presenciais pelas digitais, mas de construir formas de convivência entre diferentes modos de passar os conhecimentos. Nesse processo, as redes sociais aparecem como espaços de memória, ficar mais conhecido e circulação cultural, enquanto as experiências comunitárias continuam sendo importantes para a manutenção dos sentidos, valores e vínculos que sustentam as práticas das rezadeiras.

REFERÊNCIAS

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva**. In: KIZERBO, Joseph (org.). História geral da África I: metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. p. 163–191.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2005.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.



Caique da Silva de Jesus

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Culturas, Linguagens e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
E-mail: caiquefialhoo@gmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8439-9762>



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4205>

ENDOMETRIOSE E INFERTILIDADE: O QUE A MULHER PRECISA SABER

Ana Vitoria de Jesus Freire | Heriberto Alves dos Anjos

A endometriose é uma doença crônica inflamatória que afeta cerca de 10% a 15% das mulheres em idade reprodutiva no mundo. Ela acontece quando o tecido endometrial que reveste o interior do útero se implanta e cresce fora do local de origem, podendo atingir estruturas como trompas, bexiga, intestino, dentre outras regiões do corpo (Figura 1).

A causa da doença é considerada desconhecida. Porém, existem teorias e vários fatores que, em conjunto, tentam justificar o surgimento da doença, mas ainda permanece incerta. A teoria de mais aceitação é a da menstrual retrógrada, descrita por Sampson, em 1927. De acordo com essa teoria, o fluxo menstrual, em vez de sair completamente do corpo, retorna pelas trompas e pode se implantar na cavidade pélvica, dando início ao processo inflamatório.

Entre os principais sintomas, os mais comuns são dor pélvica crônica, dor durante a relação sexual, cólicas menstruais intensas, fadiga, alterações intestinais ou urinárias e a infertilidade. Esses sintomas podem comprometer significativamente a rotina e a qualidade de vida das mulheres afetadas.

Estima-se que a infertilidade acomete cerca de 30% a 50% das mulheres com endometriose. Por outro lado, mais de 50% das mulheres com infertilidade sejam diagnosticadas com endometriose. A infertilidade consiste na dificuldade de engravidar após um ano de relações sexuais regulares sem a utilização de métodos contraceptivos. Em situações graves da endometriose, ocorre um maior comprometimento do sistema reprodutivo contribuindo assim para as altas taxas de infertilidade.

Ainda não se sabe exatamente como a endometriose pode causar a infertilidade, no entanto, existem hipóteses envolvidas. Entre os fatores está a formação de aderências e cicatrizes nas trompas uterinas, que impede a passagem dos óvulos, bem como alterações na pelve e a geração de uma inflamação constante, o que prejudica o funcionamento normal dos ovários, afetando a saúde dos óvulos. Isso atrapalha tanto a fecundação quanto a implantação do embrião no útero, devido a esse ambiente desfavorável. Além disso, fatores hormonais, imunológicos e o estresse oxidativo também contribuem de forma negativa nesse processo. Em alguns casos, cistos ovarianos chamados endometriomas podem reduzir a reserva ovariana, ou seja, a quantidade de óvulos disponíveis para uma gestação.



Figura 1 - Ilustração dos focos de endometriose no sistema reprodutor feminino

Figura 2 - Ilustração do físico e emocional da endometriose na vida da mulher.



Fonte: Elaborada por inteligência artificial ChatGpt. (2026)

Essa relação entre a endometriose e a infertilidade não afeta apenas o corpo da mulher, mas também seus sonhos, objetivos e a sua saúde emocional.

A infertilidade também pode trazer impactos emocionais importantes. Para muitas mulheres, a maternidade está culturalmente associada à identidade feminina. Assim, a dificuldade para engravidar pode gerar sentimento de tristeza, frustração, culpa e ansiedade. Além disso, o processo de diagnóstico e tratamento, que costuma ser prolongado e desgastante, pode afetar a autoestima e a saúde mental (Figura 2).

O diagnóstico da endometriose associada a infertilidade considera o quadro clínico da paciente, os sinais e sintomas apresentados, o tempo de tentativa de engravidar e exames de imagem, como a ultrassonografia transvaginal e a ressonância magnética. Em alguns casos, pode ser indicado a laparoscopia, procedimento cirúrgico minimamente invasivo que permitir confirma a presença das lesões.

O tratamento deve ser individualizado, levando em consideração a idade da mulher, o desejo reprodutivo, o estágio da doença e outros fatores de saúde. As medicações hormonais ajudam principalmente no controle da dor e na progressão da doença, embora seu efeito direto sobre a infertilidade ainda seja discutido. O tratamento cirúrgico pode ser indicado para remover lesões e corrigir alterações anatômicas. Além disso, técnicas de reprodução assistida, como a inseminação intrauterina e a fertilização in vitro, podem ser alternativas para mulheres que desejam engravidar.

Entender como a endometriose se relaciona com a infertilidade é essencial não só para conhecer

melhor a doença, mas também para garantir acolhimento, diagnóstico rápido e tratamentos mais eficazes. Dar voz a esse tema significa quebrar estigmas, encorajar a busca por apoio especializado e lembrar que a mulher com endometriose não caminha sozinha.

REFERÊNCIAS

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (Febrasgo).

Endometriose. **Femina**. v. 53, n 6, p. 853-8, 2025.

NUNES, L. M. R. *et al.* Endometriose e infertilidade: Atualizações acerca dos aspectos fisiopatológicos e do tratamento da associação. **Research, Society and Development**, v. 13, n.8, e12913846696, 2024.

PINTO, L. V. R. C. *et al.* Endometriose e infertilidade: relação e tratamento. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.5889-5898, mar./apr. 2022.

OPENAI. **ChatGPT** (modelo GPT-5.4). Disponível em: <https://chatgpt.com>. Acesso em: 15 mar. 2026.



Ana Vitoria de Jesus Freire

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde da Unit e Bolsista da Capes.
E-mail: mestrado_anavjf@souunit.com.br;
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2427790912012310>;
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8727-3042>.



Heriberto Alves dos Anjos

Professor PPGI permanente do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde da Unit.
E-mail: heriberto.alves@souunit.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2503055694303582>;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9234-1085>.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4206>

O ENSINO MÉDICO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Diálogos entre Racismo Algorítmico- Ambiental

Ana Izabel Nascimento Souza
Editora de Conteúdo da READ

A READ convida discentes de Medicina da Universidade Federal de Sergipe para expressarem suas ideias, estimulando suas perspectivas em relação às novas tecnologias e aos desafios inerentes ao exercício da profissão. Os discentes-autores têm atuado e protagonizado ações extensionistas e práticas comunitárias em sua trajetória no Curso de Medicina com um entendimento de que não se trata de um complemento de cargas-horária, mas como um “mais-além” diverso e culturalmente competente de ser um profissional da Medicina até o final do século XXI.

Como preceptora médica, colaborada e orientadora de diversos trabalhos para congressos, seminários e afins, sentia que era um momento de que estas vozes se apresentassem de forma mais fluida e distinta que o padrão acadêmico costuma exigí-los. O tema da Inteligência Artificial é o novo *hype*. Como toda tecnologia emergente, traz promessas e temores. Os capítulos são breves, pois a proposta é o exercício da escrita reflexiva e sintética a fim de gerar debates. Semelhante a estrutura de uma cruzadinha, a inteligência artificial é a palavra-eixo e os temas que a completam são referentes aos desafios em saúde coletiva, a saber: saúde prisional, Medicina de Família e Comunidade, intersetorialidade e equidade, acesso e cuidado, racismo ambiental.



ISSOS

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS NA SAÚDE DIGITAL: DESAFIOS ÉTICO-JURÍDICOS NA ERA DA TELEMEDICINA E DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Vinícius Alves Oliveira

A transformação digital da saúde tem promovido a adoção crescente de tecnologias como a telemedicina e a inteligência artificial, ampliando o acesso e a eficiência assistencial. Contudo, esse processo também acentua vulnerabilidades relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais sensíveis (Farias & Almeida, 2026). Nesse sentido, é possível que essa transformação digital acabe por colocar em risco a privacidade dos pacientes e a confiabilidade tanto dos sistemas de saúde quanto do próprio ato médico, o qual é responsável por esse estabelecimento de vínculo e intimidade com o paciente.

No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) estabelece requisitos específicos para o tratamento de informações clínicas, como finalidade legítima, minimização, segurança e responsabilização. Apesar disso, estudos indicam a persistência de falhas de segurança em instituições de saúde, incluindo acessos indevidos e ataques cibernéticos, que comprometem a privacidade e a continuidade dos serviços (Farias; Almeida, 2026).

A inteligência artificial, embora útil no apoio diagnóstico, introduz riscos adicionais, como opacidade algorítmica e dificuldade de responsabilização por erros (Farias; Almeida, 2026). Uma pesquisa com 116 médicos revelou que apenas 55,2% apresentaram conhecimento satisfatório sobre sigilo em ambientes digitais, indicando despreparo profissional para lidar com a confidencialidade na era digital (Lettieri *et al.*, 2021). Além disso, um outro estudo com profissionais de medicina laboratorial mostrou que, embora haja interesse em big data e Inteligência Artificial, a maioria carece de capacitação prática, e há preocupações quanto à responsabilidade legal por erros envolvendo esses sistemas (Yu *et al.*, 2024).

Diante desse panorama, a segurança da informação na saúde digital não pode ser tratada como um apêndice técnico, mas como pilar estruturante da confiança e da legitimidade da medicina digital. Portanto, os desafios ético-jurídicos relacionados à proteção de dados pessoais sensíveis no contexto da telemedicina e da inteligência artificial são de extrema relevância no cenário de uma medicina cada vez mais informatizada e vinculada às tecnologias.



REFERÊNCIAS

FARIAS, C. R.; ALMEIDA, V. S. F. Proteção de dados pessoais sensíveis na saúde digital: desafios jurídico-regulatórios da telemedicina e da inteligência artificial. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 15, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.17566/ciads.e2026016>. Acesso em: 1 jul. 2026.

LETTIERI, G. K. et al. Sigilo médico na era digital: análise da relação médico-paciente. **Revista Bioética**, v. 29, n. 4, p. 814-824, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422021294515>. Acesso em: 4 jul. 2026.

YU, S. et al. Laboratory preparation for digital medicine in Healthcare 4.0: an investigation into the awareness and applications of big data and artificial intelligence. **Annals of Laboratory Medicine**, v. 44, n. 6, p. 1-10, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3343/alm.2024.0111>. Acesso em: 2 jul. 2026.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4207>



Vinícius Alves Oliveira

Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8658783447784272>

ORCID: 0009-0008-6659-9884

SAÚDE PRISIONAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ATENÇÃO BÁSICA

Sheila Souza Santos | Heverline Rafaela Cedrim da Silva

Vivemos em uma era marcada pela rápida e contínua expansão tecnológica. A inteligência artificial (IA) já não é uma promessa distante: ela está presente no nosso dia a dia, nas empresas, na saúde e, por que não, no sistema prisional?

Apesar de seu uso crescente em setores estratégicos, ainda é tímido o debate, especialmente nas universidades, sobre os impactos dessa tecnologia, sobretudo quando aplicada a contextos sensíveis como o sistema penitenciário e os serviços de saúde dentro dele. Este texto objetiva debater o papel da inteligência artificial dentro do sistema prisional: suas possibilidades, seus riscos e o impacto sobre a saúde física e mental das pessoas privadas de liberdade.

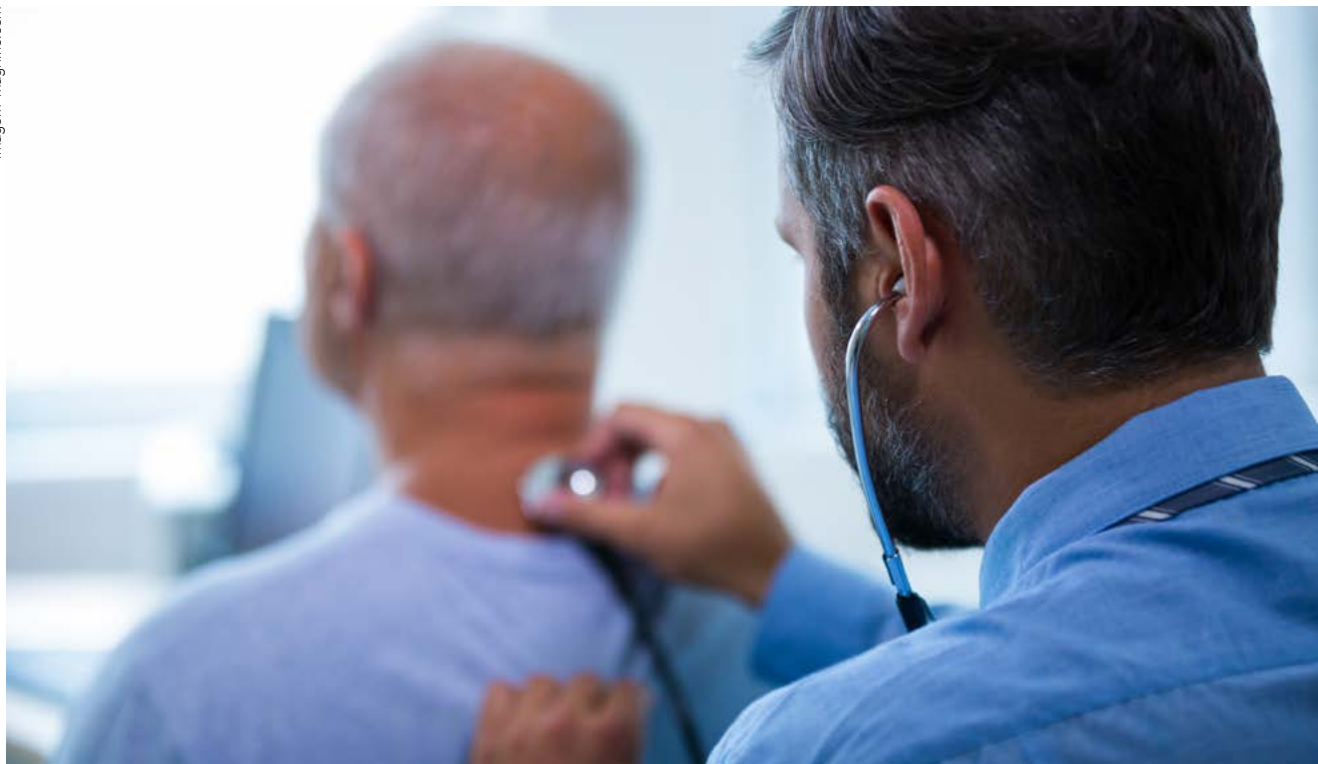
Um panorama brasileiro recente sobre segurança pública aponta mais de 900 mil pessoas privadas de liberdade, majoritariamente, homens e negros. Em comparação ao ano anterior houve crescimento da população carcerária, da violência contra mulheres e crianças e de crimes digitais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Paralelo a estes indicadores coexistem a superlotação, a alta exposição de agravos como tuberculose, HIV/AIDS e outras infecções transmissíveis, escassez de profissionais e insumos de saúde que comprometem o cuidado integral (Farias; Gaya, 2024).

A aplicação da IA seria capaz de transformar registros fragmentados, como exames, prescrições e anotações clínicas em informações organizadas, facilitando diagnósticos e o acompanhamento terapêutico na saúde de pessoas privadas de liberdade (Whitford, 2025). Entretanto, critérios éticos precisam ser considerados a fim de não suscitar novas desigualdades como o chamado racismo algorítmico. Um exemplo é o uso do reconhecimento facial, no contexto penal, visto que, sistemas automatizados já demonstraram viés discriminatório com encarceramento negro expressivo (Farias; Gaya, 2024).

As equipes de saúde prisional, parte da Atenção Primária à Saúde, lidam, diariamente, com os desafios da estrutura prisional e os impactos das novas tecnologias na promoção do cuidado integral e humanizado desta população.

O Olhar discente

Enquanto estudantes, percebemos que essa temática ainda é pouco abordada durante a graduação. Atividades extracurriculares, como aulas expositivas de ligas acadêmicas, costumam abordar populações específicas. Nos demais espaços da formação não há abordagem direta, o que reforça o distanciamento entre a formação médica e a complexidade social que o sistema único abrange.



O sistema prisional também é um território de prática em saúde coletiva. A universidade, enquanto espaço de construção crítica e científica, pode atuar no menor distanciamento entre o discurso e a prática do cuidado. A tecnologia pode e deve ser utilizada com responsabilidade social e comprometimento humano, incluindo quem é visto pela margem.

REFERÊNCIAS

FARIAS, M. A.; GAYA, L. G. A inteligência artificial como ferramenta de otimização do sistema prisional brasileiro: uma análise de desafios e possibilidades. **Revista Jurídica do Ministério Público**. v. 1, n. 14, p. 1- 30, 2024.

WHITFORD, W.G. Digitalização de registros prisionais suporta aplicação de inteligência artificial. **Journal of Correctional Health Care**, v. 31, n. 4, p. 219–226, 2025. Acesso em: 12 out. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 12 out. 2025.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4208>



Sheila Souza Santos

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3017410916154161>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6659-4047>



Heverline Rafaela Cedrim da Silva

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4448589146296941>
ORCID: 0009-0008-7018-1536

MEDICINA DE FAMÍLIA, SAÚDE PLANETÁRIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Taís Araujo dos Santos | Paula Érica Soares de Moura | Ana Izabel Nascimento Souza

Saúde Planetária é a perspectiva da saúde em que relaciona o meio socioeconômico, político e ambiental de todo planeta aos impactos à saúde coletiva (WONCA, 2017). Nesse sentido, a Medicina da Família e Comunidade (MFC) tem um papel fundamental nesta perspectiva, pois a prática clínica lida com uma gama de agravos que estão dentro das três esferas da saúde planetária: social, política e ambiental. Um exemplo? Leptospirose, zoonose cuja incidência tende a aumentar em ambientes pós-enchentes.

A atual era geológica que vivemos é intitulada de Antropoceno pela acentuada interferência da humanidade nos sistemas do planeta. O desenvolvimento de novas tecnologias e as melhorias da qualidade de vida em todo o planeta derivam de um modelo de produção que extrai recursos naturais de modo desordenado e que gerou, progressivamente, alterações climáticas acentuadas (Oliveira, 2025).

Inteligências Artificiais Generativas (IAGs) são novas tecnologias cujo funcionamento depende de estruturas físicas chamadas de *Data Centers*. Essas estruturas processam a informação gerada na rede. Por ser físico, envolve emissão de gases estufa, geração de lixo, consumo de eletricidade e água para resfriamento do aparato eletrônico, por tanto, não é uma tecnologia sustentável e seus efeitos na saúde de comunidades circunvizinhas necessitam ser melhor debatidos (Santos; Leyendecker, 2025)

Outro ponto de pesquisa com implicação na Medicina de Família são os possíveis impactos na saúde mental com o uso frequente desta tecnologia. Especificamente, no desenvolvimento e manutenção da cognição humana pela “terceirização do pensamento” a partir do uso de IAGs.

Há estudos que apontam a preocupação com a formulação do pensamento crítico, criatividade, sobretudo nos ciclos iniciais da vida e que possam impactar também na capacidade de socialização e resolução de problemas ao lançar mão de pesquisar na IAG desde, por exemplo, tarefas simples até decisões jurídicas ou de saúde (Alves de Araujo, 202). A MFC se põe atenta nesta dinamicidade tecnológica a fim de preservar seu método clínico centrado na pessoa, na família e no planeta.

Imagem: magnific.com



REFERÊNCIAS

ALVES DE ARAUJO, C. A inteligência artificial e o desenvolvimento neuropsicológico de crianças e adolescentes. **Self - Revista do Instituto Junguiano de São Paulo**. v. 9, 2024. Acesso em: 11 out. 2025.

OLIVEIRA, M. V. F. da S. O que é o Antropoceno? **Café História**. 2025. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-e-o-antropoceno/>. Acesso em: 06 out. 2025.

SANTOS, A. LEYENDECKER, H. *IA, data centers e os impactos ambientais*. **Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec)**. v. 1, p.1-14, 2025. Acesso em: 08 out. 2025.

WONCA. **Declaração do WONCA sobre Saúde Planetária e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2017. Disponível em: <https://www.wonca.net/site/DefaultSite/filesystem/documents/Groups/Environment/planetary%20health%20espanol.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.



Taís Araujo dos Santos

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3979316294610989>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2332-0045>



Paula Érica Soares de Moura

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8867052294102147>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8019-7230>



Ana Izabel Nascimento Souza

Médica de Família e Comunidade pela Universidade Federal de Sergipe
E-mail: mfc.anasouza@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/642404963502447>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8064-2748>



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4209>

ALFABETIZAÇÃO DIGITAL COMO DIREITO E DETERMINANTE SOCIAL: A NECESSIDADE DA AÇÃO INTERSETORIAL PARA A EQUIDADE EM SAÚDE

Luana da Cruz Oliveira

Nos últimos anos, observa-se a ampliação de novas tecnologias nos serviços de saúde, seja pela quantidade de registros em prontuários eletrônicos, seja pela informatização do acesso aos usuários, ou até mesmo pelo uso da telemedicina. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, foi possível verificar a difusão do uso da telemedicina, que possibilitou a realização de consultas de urgência, evitando maiores exposições do paciente em ambientes hospitalares (Freire, *et al*, 2023).

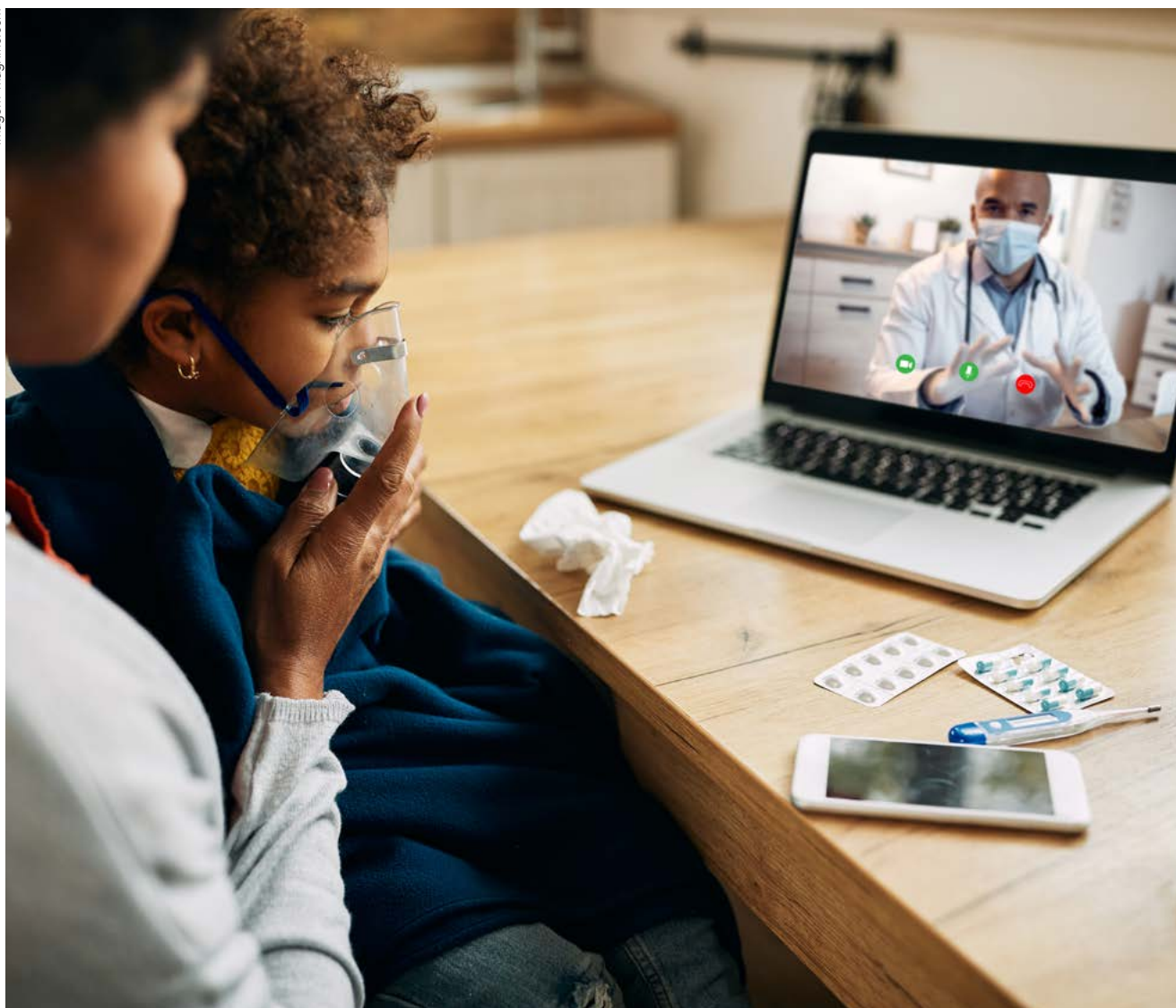
Entretanto, a desigualdade socioeconômica no Brasil evidencia a existência de uma lacuna digital significativa, ainda um dos desafios que impedem maior difusão não apenas da telemedicina, mas também de outras ferramentas tecnológicas que possam garantir o acesso igualitário aos cuidados em saúde (Lisboa, *et al*. 2023).

Ainda que o uso das tecnologias digitais em saúde busque a eficiência da ampliação do acesso a melhores serviços médicos e a garantia do cuidado para a população, a vulnerabilidade socioeconômica existente no país e a baixa promoção à alfabetização digital aos cidadãos acabam contribuindo para a persistência das iniquidades em saúde no Brasil.

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2018) destaca que a alfabetização digital não se trata somente do indivíduo saber fazer o uso da tecnologia, mas envolve também a sua capacidade de conseguir acessar, entender, integrar, comunicar e avaliar informações de forma segura, crítica frente a disseminação de informações falsas e compondo um mecanismo essencial para participação plena desse sujeito na sociedade.

A adoção de sistemas de marcação de consulta exclusivamente on-line, a obrigatoriedade de uso de aplicativos ou a simples realização de campanhas por meios virtuais pode promover a exclusão digital para aqueles que não dispõem do conhecimento tecnológico, reforçando ainda mais as desigualdades educacionais, econômicas e em saúde.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) podem representar um ponto essencial no desenvolvimento de ações educativas e de inclusão digital que aumentem a participação do indivíduo na construção da sociedade, bem como para ampliar a sua autonomia na tomada de decisões. A alfabetização digital é direito humano e um determinante social essencial para a equidade em saúde, suscita a ampliação do acesso à informação, a melhoria da comunicação entre os usuários e os profissionais de saúde, além de fortalecer a participação cidadã.



REFERÊNCIAS

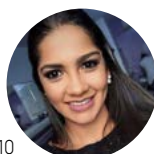
FREIRE, M. P. *et al.* Telemedicine in healthcare access during the covid-19 pandemic: a scoping review. **Revista de Saúde Pública [online]**. v. 57, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004748>. Acesso em: 14 out. 2025.

LISBOA, K. O. *et al.* A história da telemedicina no Brasil: desafios e vantagens. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902022210170pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

UNESCO. A Global Framework of Reference on Digital Literacy Skills for Indicator 4.4.2. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371024>. Acesso em: 13 out. 2025.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4210>



Luana da Cruz Oliveira

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9105539546878233>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2865-0824>

SAÚDE E TECNOLOGIA

Rosilene Bispo Raulino | Yslaine Gomes

O ser humano sempre foi movido pelo desejo de evoluir. Desde os tempos antigos, questões como o sofrimento, a dor, a vontade de curar os males e de preservar a vida conduziu a humanidade ao patamar ao qual se encontra hoje. Nas sociedades mais antigas, a medicina praticada era uma mistura de fé, magia e costumes. O conhecimento era empírico e tinha como base a observação da natureza: das ervas medicinais, do fogo, do frio, de tudo aquilo que estava ao alcance do entendimento humano naquela época.

Dorling (2016) cita alguns instrumentos mais simples, como lâminas de pedra, concha e ossos, que eram usados para cortar ou drenar. Essas técnicas primitivas já apontavam para um futuro em que a saúde e a tecnologia seriam parceiras. A Inteligência Artificial e Telemedicina são as tecnologias mais recentes que ampliam o horizonte de profissionais da saúde, estudantes e, principalmente, pacientes.

Teleconsultas, telemonitoramentos, cirurgias robóticas monitoradas à distância já aproximam comunidades com difícil acesso presencial de equipes de saúde, permitindo equidade e descentralização dos serviços de saúde. A Medicina, em toda sua trajetória, comporta muitos avanços, geralmente, impulsionados por momentos de crise como a última grande pandemia que o mundo viveu entre 2019 a 2023.

As tecnologias da informação e a Ciência estão, intimamente, relacionadas e transformaram a forma de como cuidamos da nossa saúde. Assim, as inovações tecnológicas revolucionam os métodos diagnósticos e tratamentos, otimiza processos e gera maior satisfação dos pacientes (SILVA *et.al*, 2024).

No contexto brasileiro, observa-se não só a evolução tecnológica no cuidado, mas no arcabouço legal que fomenta políticas públicas, um exemplo disso é a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), que propicia a transformação digital contínua dos processos de trabalho em saúde. Há inúmeros benefícios ao Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que proporciona maior conectividade em saúde e maior integração dos dados, o que favorece maior resolutividade e qualidade da assistência prestada, além de engajar o usuário em todo o processo (BRASIL, 2021).

Há, portanto, a necessidade de maior divulgação científica sobre aspectos positivos e negativos das diversas tecnologias existentes em saúde tanto na educação médica continuada quanto nas condutas cada vez mais personalizadas aos usuários do SUS.

Imagem: magnific.com



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM/MS N° 1.768, de 30 de Julho de 2021. Aprova a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1768_02_08_2021.html. Acesso em: 09.out.2025.

DORLING, Kindersley. **Medicine: The Definitive Ilustred History**. London: DK Publishing, 2016.p.253-254.

SILVA, M. F. *et.al*. A era dos dispositivos digitais na promoção da saúde: conectando o cuidado. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**. v. 6, n. 5, p. 1260–1288, 2024. Acesso em: 30 set. 2025.



Rosilene Marques Raulino

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4604344261578457>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7187-8851>



Yslâine Gomes dos Santos

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0114707616822195>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6617-5506>



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4211>

O VIÉS ALGORÍTMICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A REPRODUÇÃO DE PADRÕES DISCRIMINATÓRIOS NA FORMAÇÃO MÉDICA

Ana Beatriz Molinari | Sócrates Bismarck dos Santos

A Inteligência Artificial (IA) se popularizou em diversas áreas do cotidiano e da formação acadêmica. Sua aplicação é vasta e pode envolver desde a interpretação de exames, diagnóstico e prognóstico na formação em saúde (Capelo, 2025). Entretanto, há a preocupação do papel da IA na repetição de padrões sociais discriminatórios, sobretudo na questão étnico-racial. Por exemplo, os livros de anatomia humana costumam retratar corpos de pele clara e não retratam as nuances da diversidade humana. Assim, surge a dúvida se a tecnologia perpetua desigualdades históricas ou contribui para democratizar o conhecimento, trazendo ou não mudanças nas imagens criadas.

Dentre os sistemas mais usados, destaca-se o *ChatGPT*, modelo de linguagem avançado que oferece múltiplas possibilidades e benefícios nas áreas da medicina e saúde, sendo muito utilizado devido à sua capacidade de aumentar a precisão e a exatidão e reduzir o tempo necessário para tomada de decisões (Dave, 2023; OPENAI, 2025). Há também o *Gemini*, modelo de IA multimodal desenvolvido pelo Google reconhecido por sua capacidade avançada de geração de imagens de alta qualidade (GOOGLE, 2025).

Em essência, os algoritmos refletem os valores de seus criadores, assim sempre que as pessoas criam algoritmos, elas também criam um conjunto de dados que representam os vieses históricos e sistêmicos da sociedade, que, em última análise, se transformam em viés algorítmico. Embora o viés esteja incorporado ao modelo algorítmico sem intenção explícita, podemos observar diversos vieses de gênero e raça em diferentes plataformas baseadas em IA (Akgun, 2021).

Caro leitor, propomos um pequeno exercício de replicação científica: solicitar a uma plataforma de IA para gerar imagens para uma aula de parasitologia. Fizemos o nosso experimento no *Gemini*, como um comando que retratasse crianças em situação de pobreza brincando em um lago onde havia o caramujo transmissor da esquistossomose em um pequeno vilarejo, a IA gerou imagens de crianças pardas e negras (GOOGLE, 2025). Contudo, ao enviar o mesmo comando sem referência à condição social, a IA gerou predominantemente crianças brancas.

Esse teste reforça a preocupação com o refinamento das inteligências artificiais, uma vez que há uma tendência de que muitos materiais didáticos futuros sejam baseados em produções geradas por essas tecnologias. Deste modo, há o risco de perpetuação da reprodução de tais estereótipos, reforçando, de forma sutil, a ideia de que corpos brancos são o padrão de referência, pode influenciar a forma como os estudantes percebem seus pacientes no futuro.

Imagens: Gemini (GOOGLE, 2025).

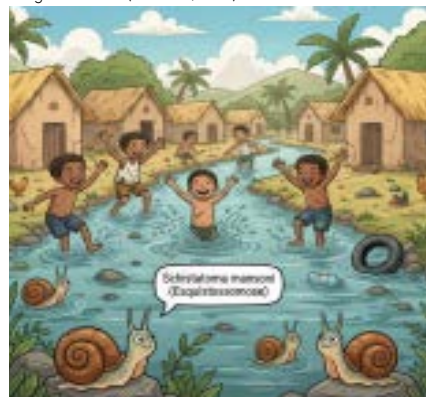


Foto 1: Imagem gerada pela IA Gemini a partir do comando “Agora, para uma aula sobre parasitas, uma imagem de desenho animado de crianças pobres brincando em um rio ou lago que tem o caracol *Schistosoma mansoni* (esquistossomose) em uma pequena aldeia pobre”. A ilustração retrata a maioria de crianças pardas e negras, refletindo a influência da descrição social no resultado visual produzido pela inteligência artificial.



Foto 2: Imagem gerada pela IA Gemini a partir do comando “Agora, para uma aula sobre parasitas, uma imagem de desenho animado de crianças brincando em um rio ou lago que tem o caracol *Schistosoma mansoni* (esquistossomose)”. A figura sem referência à condição social apresenta crianças com tons mais claros da pele.

Questiona-se a necessidade de maior preparo para lidar com essas ferramentas; o uso de IA na formação médica está sendo guiado e consciente?

O corpo docente das universidades está preparado para guiar os alunos de forma que o instrumento seja benéfico? Em uma visão geral, ainda não existem matérias ou ementas obrigatórias para lecionar sobre isto, mesmo que já seja de conhecimento das partes, do professor e do aluno, que a IA é amplamente utilizado nos estudos. Em muitas faculdades, essa temática é tangenciada em discussões dentro de disciplinas como ética médica, de forma a evidenciar uma lacuna curricular que precisa ser superada diante a rápida evolução tecnológica.

É importante que as inteligências artificiais sejam usadas de forma estratégica. O uso indevido de IA pode comprometer o desenvolvimento do raciocínio clínico e da autonomia intelectual do estudante, aspectos fundamentais na formação da área da saúde. Para além da incorporação tecnológica, deve-se priorizar uma educação que integre ética, diversidade e pensamento crítico, de modo que a inteligência artificial sirva como uma ferramenta de ampliação da humanidade na prática médica, não excluindo a necessidade da interação e conexão humana.

REFERÊNCIAS

AKGÜN, S. Addressing ethical challenges in K-12 settings. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34790956/>. Acesso em: 13 out. 2025.

OPENAI. *ChatGPT* (versão GPT-4o mini) [Modelo de linguagem de inteligência artificial]. 2025. Disponível em: <https://openai.com/chatgpt>. Acesso em: 13 out. 2025.

GOOGLE. *Gemini* [Modelo de linguagem de inteligência artificial]. 2025. Disponível em: <https://gemini.google.com/>. Acesso em: 13 out. 2025.



Ana Beatriz Molinari

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9399351782406646>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1288-0220>



Sócrates Bismarck dos Santos

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2295873279942520>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6324-4276>



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4212>

12 anos fortalecendo a ciência e a divulgação científica no Nordeste

Enprodic consolida trajetória como espaço de debate sobre produção, comunicação e democratização do conhecimento científico

Igor Bento Lino

Em um cenário marcado pela velocidade da informação, pela circulação de conteúdos nas plataformas digitais e pelo avanço da inteligência artificial, comunicar ciência tornou-se um desafio tão importante quanto produzir conhecimento. É nesse contexto que o Encontro de Produção Científica no Nordeste – Enprodic consolida sua trajetória: são 12 anos fortalecendo a ciência e a divulgação científica no Nordeste.

Iniciado em 2014, o Enprodic vem se estabelecendo como um espaço de encontro entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais interessados em discutir os caminhos da produção científica e as estratégias para aproximar o conhecimento da sociedade. Ao longo de sua trajetória, o Evento contribuiu para ampliar o debate sobre a necessidade de uma ciência que ultrapasse os limites das universidades, laboratórios e periódicos especializados.

O desafio, entretanto, permanece complexo. Produzir ciência não garante, por si só, que o conhecimento seja compreendido, acessado ou apropriado pela

população. Em meio à desinformação, à fragmentação das informações nas redes sociais e às novas dinâmicas impostas pelas plataformas digitais, a divulgação científica assume um papel estratégico na construção de uma sociedade mais informada e capaz de participar das discussões que envolvem seu próprio desenvolvimento.

Nesse cenário, a divulgação científica deixa de ser compreendida apenas como uma etapa posterior à pesquisa. Ela passa a ocupar uma posição central no processo de democratização do conhecimento, exigindo novas linguagens, formatos e estratégias de comunicação capazes de dialogar com diferentes públicos.

Ao longo de suas cinco edições, o Enprodic reuniu pesquisadores e especialistas que contribuíram para o debate sobre educação, tecnologias, comunicação e ciência. Entre os nomes que já participaram do encontro estão **Edvaldo Couto, Isaltina Gomes, Mariano Pimentel, Edméa Santos, Solange Santos e Marcos Palacios**, entre outros pesquisadores que ajudaram a construir uma trajetória marcada pela pluralidade de perspectivas.

Promovido por pesquisadores de Sergipe, o Evento, de igual modo, transporta uma missão regional: ampliar a presença do Nordeste nas discussões nacionais sobre produção científica, comunicação da ciência e democratização do conhecimento. A proposta é reconhecer a potência científica produzida na região e, ao mesmo tempo, discutir os desafios que ainda limitam a circulação e o acesso à ciência.

Organizado pela **Profa. Dra. Cristiane Porto**, o Enprodic conta com o apoio de instituições como Capes, CNPq, Universidade Tiradentes (Unit) e Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP), além de parcerias com a Edunit, Tiradentes Innovation Center, Coordenação de Pesquisa da Universidade Tiradentes, Abeu e Getic.

Arquivos Enprodic/Divulgação



Palestrantes na primeira edição do Enprodic em 2014

Marcos Palacios na palestra de abertura na primeira edição do Enprodic e público em 2014

Entrevista com Profa. Dra. Cristiane Porto

Coordenadora do evento

■ Ao longo desses 12 anos de trajetória do Enprodic, quais foram as principais transformações que a senhora percebeu na forma como a ciência é produzida e divulgada no Brasil, especialmente no Nordeste?

Percebo mudanças profundas tanto na forma de produzir ciência, quanto nas maneiras de fazê-la chegar à sociedade. Talvez uma das transformações mais significativas seja, justamente, a compreensão de que produzir conhecimento científico não basta: é preciso, similarmente, comunicar, dialogar e construir pontes entre a universidade, os territórios e a sociedade.

Vejo, portanto, o Enprodic como testemunha e, também, como parte dessa transformação. Se há 12 anos discutíamos principalmente como divulgar a ciência, hoje precisamos perguntar para quem, onde, como e com quais tecnologias estamos produzindo e fazendo circular o conhecimento. O grande desafio que permanece é garantir que essa transformação digital não amplie desigualdades, mas contribua para uma ciência mais democrática, aberta, inclusiva e socialmente comprometida.

■ Quais são, atualmente, os maiores desafios para fazer com que o conhecimento produzido nas universidades ultrapasse os limites do meio acadêmico e alcance efetivamente a sociedade?

Hoje, um dos maiores desafios é transformar o conhecimento científico em uma linguagem acessível, sem perder sua qualidade e rigor. É preciso, de igual modo, ocupar os espaços onde a sociedade está, especialmente as plataformas digitais, enfrentando a desinformação, os algoritmos e a disputa pela atenção. Mais do que divulgar resultados, precisamos estabelecer diálogo com diferentes públicos, valorizando seus saberes e demandas. Nesse sentido, a universidade precisa assumir cada vez mais a comunicação científica como parte de sua responsabilidade social.

■ O avanço da inteligência artificial e das plataformas digitais tem transformado profundamente a comunicação. Como essas tecnologias podem contribuir e desafiar a produção e a divulgação científica?

A inteligência artificial e as plataformas digitais ampliam, significativamente, as possibilidades de produção e divulgação científica, tornando o conhecimento mais acessível, rápido e diversificado. Potencializando a circulação dos resultados das pesquisas.

O grande desafio, portanto, é utilizar essas tecnologias de forma crítica, ética e responsável, colocando-as a serviço de uma ciência mais aberta, democrática e socialmente comprometida.

■ Depois de cinco edições, qual é a visão para o futuro do Enprodic e que papel o evento pode desempenhar no fortalecimento da ciência e da divulgação científica no Nordeste nos próximos anos?

Nos próximos anos, o Enprodic pretende ampliar sua atuação nas discussões sobre ciência aberta, inteligência artificial, plataformas digitais e novas formas de divulgação científica, sem perder de vista as questões e os desafios próprios da nossa região. Mais do que um evento, queremos que seja uma rede permanente de colaboração, capaz de dar visibilidade à ciência produzida no Nordeste e aproximá-la cada vez mais da sociedade.

Acredito que seu principal papel será contribuir para uma ciência mais democrática, acessível, conectada com os territórios e comprometida com a transformação social. O Enprodic tem potencial para ser não apenas um espaço de divulgação, mas, um local de construção coletiva de novos caminhos para a ciência nordestina.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4213>



CURIANDO

TERREMOTOS NO BRASIL: DESVENDANDO OS SISMOS QUE MARCARAM A NOSSA HISTÓRIA

Thereza Mayra de Souza Fialho | George Sand Leão Araújo de França

Como diz a famosa música de carnaval: “Vem, vem, vem que aqui não tem terremoto”. Mas será que é verdade? A resposta, como veremos através da ciência dos terremotos, é mais complexa e fascinante do que imaginamos. Embora sejam menos intensos que em outras regiões do mundo, o Brasil tem sim terremotos. Mas o que são terremotos? Como e por quê são medidos? Responderemos essas e outras questões nesse artigo através da sismologia, a ciência que estuda as vibrações na terra ou outros corpos celestes.

A porção superior rígida da Terra, a litosfera, é dividida em partes (como um quebra-cabeça gigante!) que chamamos de **placas litosféricas** - erroneamente chamadas de placas tectônicas, devido a uma tradução equivocada do termo. Essas placas se movimentam lentamente ao longo do tempo, criando tensões entre elas. Imagine que você está tentando empurrar um móvel muito pesado no chão. A fricção segura ele por um tempo, mas chega uma hora que ele cede de repente, certo? Com as placas litosféricas é parecido!

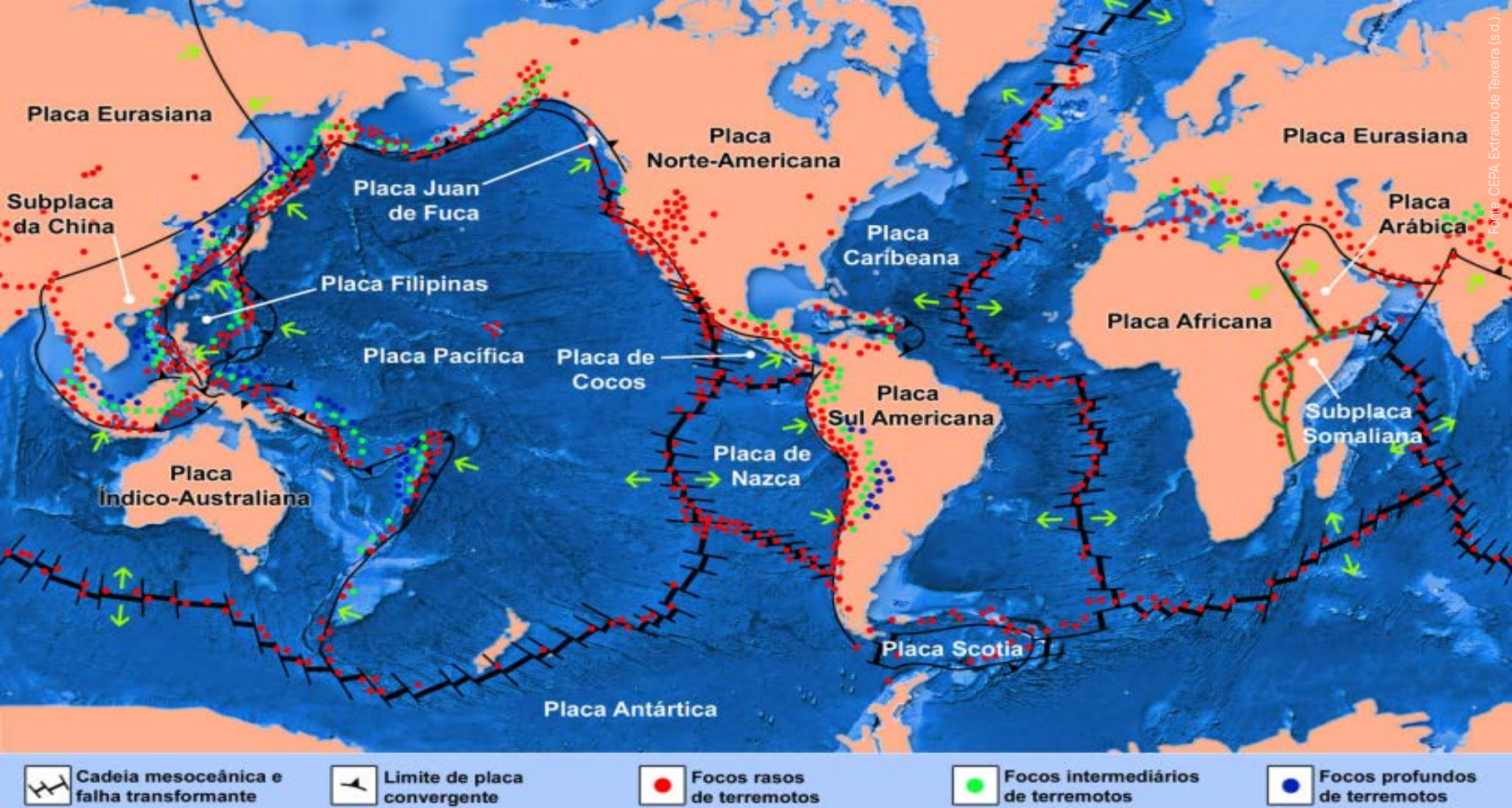


Figura 1 – Representação das placas litosféricas e da distribuição dos terremotos. As flechas indicam a direção do movimento das placas.

O terremoto é uma liberação súbita de energia acumulada nas rochas que compõem as camadas mais internas da crosta terrestre, transformando-se também em calor, e transmitida por ondas sísmicas que se propagam pelas camadas internas da Terra (núcleo, manto e crosta) e são registradas na superfície terrestre em estações sismográficas, que são locais que abrigam instrumentos apropriados para estudar essas ondas. A maioria dos sismos brasileiros ocorre **intraplaca** (dentro da placa Sul-Americana), o que geralmente os torna menos intensos, mas não inexistentes.

Os terremotos estão intimamente relacionados à dinâmica das placas litosféricas, que se movem continuamente sobre a astenosfera. Esses movimentos podem ocorrer de três formas principais: **convergente**, quando duas placas colidem; **divergente**, quando as placas se afastam; e **transformante**, quando deslizam lateralmente uma em relação à outra. Cada tipo de limite está associado a diferentes regimes de deformação e padrões de liberação de energia sísmica, o que explica a concentração global de terremotos ao longo das bordas das placas. A **Figura 1** ilustra a distribuição das placas litosféricas e

a direção de seus movimentos, bem como a relação entre esses limites e a ocorrência de sismos.

Podemos inferir a “força” de um terremoto através de um **sismógrafo**, que é um instrumento composto por sensores que conseguem traduzir o comportamento das ondas sísmicas em gráficos, permitindo assim a sua interpretação. Existem duas formas de medir os terremotos: pela sua **magnitude** e pela sua **intensidade**. A magnitude é a quantidade de energia liberada pelo evento, divulgada erroneamente como Escala Richter, que mensura a energia liberada pelo terremoto. A intensidade do sismo reflete os seus efeitos observados na superfície, como deslocamento de móveis, rachaduras nas paredes, e é medida pela Escala de Mercalli Modificada. De maneira análoga, podemos utilizar uma lâmpada para compreender melhor esses conceitos: a potência de uma lâmpada acesa é a sua magnitude e o quão ela consegue iluminar um cômodo é a sua intensidade.

O **sismograma** é o gráfico que permite aos **sismólogos** - cientistas que estudam terremotos - ler e interpretar os tremores registrados nos sismógrafos, bem semelhante ao que ocorre no monitoramento dos

batimentos cardíacos. Esse gráfico apresenta as três direções dos sensores ao longo de um intervalo de tempo, permitindo compreender o início e fim dos sismos. A **Rede Sismográfica Brasileira** (RSBR, Bianchi et al, 2018) é responsável pelo monitoramento da atividade sísmica no Brasil, contando com a parceria entre diversas instituições de ensino e pesquisa, como o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, Observatório Nacional, Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Embora o Brasil não esteja situado numa região de alta atividade sísmica, como o Círculo de Fogo do Pacífico, existem registros de tremores com menor intensidade sendo causados pela dispersão de energia em regiões de falhas e fraturas ativadas por tensões distantes como a Cordilheira dos Andes ou ainda pela **sismicidade induzida** (causada pela ação humana, como o enchimento de grandes reservatórios).

O mapa a seguir (Figura 3) demonstra os sismos mais marcantes que incentivaram o monitoramento e a discussão no Brasil, denotados por indicadores coloridos em vermelho, cuja intensidade é representada pelo tamanho do indicador. Desta forma, destacamos os cinco mais relevantes. O terremoto de Mato Grosso, em 1955, detém o título de mais intenso já registrado instrumentalmente no Brasil; embora em área remota, sua magnitude marcou o início de uma atenção maior aos nossos sismos. No Nordeste, o tremor de João Câmara, no Rio Grande do Norte (1986), foi notável por sua longa sequência sísmica e pelos danos consideráveis em residências. Já em Minas Gerais, o sismo ocorreu no distrito de Caraíbas, na cidade de Itacarambi-MG, em 2007, e apesar da magnitude moderada, chamou atenção pela proximidade de áreas habitadas e, tragicamente, por resultarem na primeira fatalidade por terremoto no Brasil.

O sismo de Tubarão, ocorrido em 1939, possui grande relevância na história sismológica brasileira por ser o evento de maior magnitude registrado instrumentalmente em Santa Catarina, atingindo cerca de 5,5 (m). Embora o evento de 1939 não esteja diretamente ligado à exploração de petróleo, que se intensificaria nas décadas seguintes, ele insere Santa Catarina e sua plataforma continental (margem continental) em um contexto de

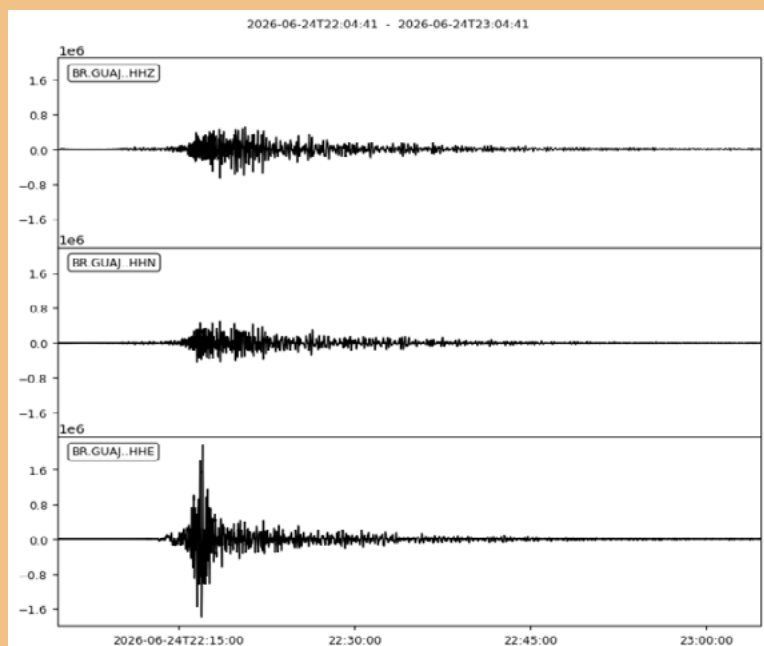


Figura 2 - Na faixa superior, à esquerda, a estação sismográfica CNLB localizada em Canelas-RS; à direita, o sismômetro (Marcos Santos / USP). Por fim, abaixo o sismograma do evento ocorrido em 2026 na Venezuela, registrado na estação de Guajara-Mirim (prefixo GUAJ).

atividade sísmica contínua, sendo um ponto de partida histórico para a compreensão do potencial sísmico do litoral catarinense. Por fim, o sismo na costa do Espírito Santo, também em 1955, foi um dos mais fortes registrados em área oceânica próxima, reforçando que a Terra se movimenta em todo o território nacional.

Sendo assim, a **sismologia** é uma ferramenta importante para compreender e caracterizar o interior da Terra e os reflexos da interação entre as camadas que o compõem, permitindo mapear não apenas o passado, mas compreender o presente e se preparar para o futuro. Não é possível prever a ocorrência exata de um sismo, mas monitorar a sua frequência e local de ocorrência, por exemplo, é vital para construções seguras, planejamento urbano e até mesmo para o monitoramento de reservatórios (sismicidade induzida).

Logo, embora o Brasil não seja um país de “terremotos devastadores”, a Terra está sempre em movimento, e a ciência nos auxilia justamente a desvendar esses mistérios e a viver de forma mais segura, **tornando a complexidade do nosso planeta não uma ameaça desconhecida, mas sim um campo fascinante de estudo e descoberta, provando que, sim, o Brasil treme, e estamos aprendendo a escutar a sua voz.**

REFERÊNCIAS

BIANCHI, M., Assumpção M., Rocha M., Carvalho J., Azevedo P., Fontes S., et al. **The Brazilian seismographic network (RSBR):** improving seismic monitoring in Brazil, Seismological Research Letters, 2018, vol. 89, p. 452.

TEIXEIRA, Wilson. **Tectônica global.** Material didático da disciplina PLC0011 – Geologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, s.d. Disponível em: https://midia.atp.usp.br/impressos/lic/modulo02/geologia_PLC0011/geologia_top04.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

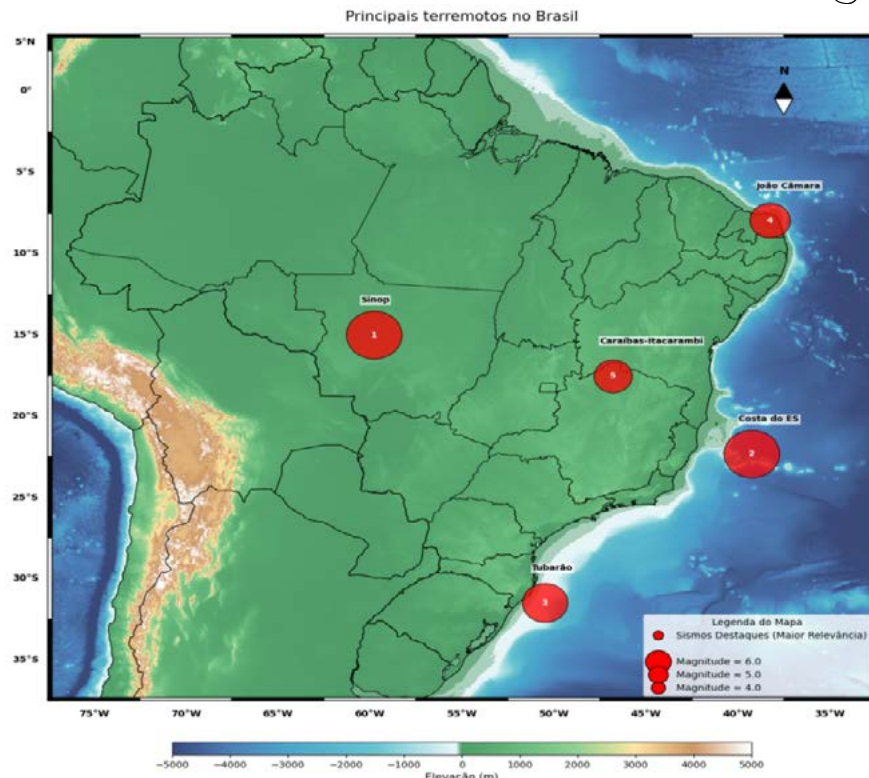


Figura 3 - Distribuição dos principais terremotos no Brasil com magnitude maior que 2.5. O tamanho dos círculos indicam a intensidade do sismo.



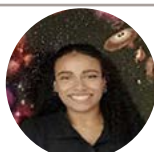
Recomendações de site de centros de sismologia no Brasil.

moho.iag.usp.br

rsbr.on.br

obsis.unb.br

labsis.ufrn.br



Thereza Mayra de Souza Fialho

Doutoranda em Geofísica pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG-USP), na área de sismologia.
E-mail: therezafialho@usp.br,
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6698175242371919>
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5695-8969>.



George Sand Leão Araújo de França

Professor titular no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG-USP).
E-mail: georgesand@usp.br,
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1804846635564396>.
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-2694-5868>.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4214>

DA SALA DE AULA AO PALCO DA CIÊNCIA: FEIRAS DE CIÊNCIAS

Katia Cristina Elizabeth de Carvalho Araujo da Silva | Cristiane de Magalhães Porto

Imagine entrar em uma escola e encontrar estudantes explicando como produzir energia sustentável, desenvolver alternativas para reduzir a poluição ambiental ou investigar formas de combater doenças que afetam a população. Em vez de apenas ouvirem explicações dos professores, esses jovens assumem o papel de pesquisadores, compartilham descobertas e discutem soluções para problemas reais da sociedade.

Essa realidade pode ser observada nas Feiras de Ciências, eventos que vêm ganhando cada vez mais importância no cenário educacional brasileiro. Muito além de simples exposições de trabalhos escolares, elas representam espaços de investigação, criatividade, aprendizagem e divulgação científica, aproximando a ciência da comunidade e despertando nos estudantes o interesse pela pesquisa.

Em um mundo marcado por rápidas transformações tecnológicas, avanços científicos e circulação intensa de informações, compreender como a ciência é produzida tornou-se uma necessidade. Questões relacionadas à saúde, às mudanças climáticas, à inteligência artificial, à produção de energia e à sustentabilidade fazem parte do cotidiano de todos nós.

A ciência está presente em praticamente todos os aspectos da vida moderna. Ela influencia desde os medicamentos utilizados para tratar doenças até os equipamentos tecnológicos que usamos diariamente. Apesar disso, muitas pessoas ainda enxergam a ciência como algo distante, restrito a laboratórios sofisticados ou a pesquisadores altamente especializados. As Feiras de Ciências ajudam a desconstruir essa visão. Ao parti-

ciparem de projetos investigativos, os estudantes percebem que a ciência começa com algo muito simples: a curiosidade.

Aprender fazendo

Os estudantes aprendem melhor quando participam ativamente da construção do conhecimento, e é exatamente isso que ocorre nas Feiras de Ciências. Ao desenvolver um projeto, eles pesquisam, realizam experimentos, analisam resultados e apresentam suas conclusões. Além da aprendizagem científica, esse processo contribui para o desenvolvimento de habilidades importantes, como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação, trabalho em equipe e autonomia, essenciais para a formação pessoal e profissional dos jovens.

O papel dos professores nessa jornada

Embora os estudantes sejam os protagonistas das Feiras de Ciências, os professores têm papel fundamental como orientadores da investigação. Eles estimulam a curiosidade, acompanham o desenvolvimento dos projetos e incentivam a reflexão crítica. Essa atuação fortalece a relação entre professores e alunos, tornando a aprendizagem mais colaborativa e participativa, com o professor atuando como mediador na construção do conhecimento.

As Feiras de Ciências desempenham um papel importante na divulgação científica, aproximando o conhecimento da comunidade. Ao apresentar seus proje-

tos, os estudantes aprendem a explicar conceitos científicos de forma simples e acessível, utilizando diferentes recursos. Essa troca de conhecimentos des-

perta o interesse pela ciência e ajuda a comunidade escolar a compreender melhor a importância da pesquisa e da educação para enfrentar os desafios da sociedade.

“As Feiras de Ciências mostram que a ciência pode nascer da curiosidade de uma criança, da inquietação de um adolescente ou da vontade de compreender melhor o mundo.”

mar a relação dos estudantes com o conhecimento e com a própria escola. Quando um jovem apresenta os resultados de sua pesquisa para a comunidade, ele não

está apenas expondo um trabalho. Está exercitando a argumentação, desenvolvendo autonomia, compartilhando conhecimentos e construindo sua identidade como cidadão.

O exemplo na escola pública

Uma pesquisa realizada em um Centro de Excelência de Aracaju evidenciou que as Feiras de Ciências fortalecem a alfabetização científica e a divulgação do conhecimento. A participação em projetos científicos desenvolve habilidades investigativas, criativas e comunicativas, além de despertar maior interesse dos estudantes pela ciência.

Os resultados também mostraram que esses eventos estimulam o protagonismo estudantil, promovem aprendizagens mais significativas e fortalecem a cultura científica na escola. Ao investigar problemas reais e propor soluções, os estudantes compreendem melhor a importância da ciência, desenvolvem o pensamento crítico e ampliam sua consciência sobre questões sociais, ambientais, tecnológicas e de saúde.

As Feiras de Ciências representam muito mais do que um evento escolar realizado uma vez por ano. Elas constituem experiências formativas capazes de transfor-

mar a relação dos estudantes com o conhecimento e com a própria escola. Quando um jovem apresenta os resultados de sua pesquisa para a comunidade, ele não está apenas expondo um trabalho. Está exercitando a argumentação, desenvolvendo autonomia, compartilhando conhecimentos e construindo sua identidade como cidadão.

REFERÊNCIAS

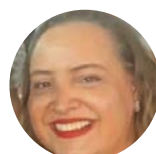
ALMEIDA, M.E.B. **Tecnologias e inovação na educação**: possibilidades e desafios. São Paulo: Loyola, 2022.

CHASSOT, A. **A ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 2003.

MASSARANI, L. **O que é divulgação científica**. São Paulo: Brasiliense, 2010.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4215>



Katia Cristina Elizabeth de Carvalho Araujo da Silva
Mestra em Educação; Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Tiradentes - UNIT.
E-mail: kceca07@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0093175727659272>;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7716-5255>.



Cristiane de Magalhães Porto
Bolsa Produtividade Nível B do CNPq. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes - UNIT.
E-mail: crisporto@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5622-030X>



Ingrid de Magalhães Porto Cruz

CIÊNCIA EM CANTORIA: A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA OBRA DE GILBERTO GIL

Há artistas que cantam o amor. Há artistas que cantam o mundo. E há aqueles que fazem do conhecimento uma melodia. Gilberto Gil pertence a essa rara categoria: a do artista que transforma ciência em poesia e tecnologia em música. Em sua obra, o saber não aparece revestido pela frieza dos laboratórios ou pela rigidez das fórmulas. Ao contrário, surge como uma corrente viva, um rio caudaloso que atravessa a cultura, a linguagem e a experiência humana. Suas canções convidam o ouvinte a perceber que a ciência não habita apenas os centros de pesquisa, mas também as perguntas que fazemos sobre nós mesmos, sobre as máquinas e sobre o futuro.

Em *Cérebro Eletrônico*, composta em 1969, Gil antecipa discussões que hoje ocupam as universidades, as ruas, os seres: o papel das máquinas no pensamento humano. A canção emerge em um contexto histórico marcado pelo avanço tecnológico e pela crescente confiança na racionalidade técnica. No entanto, em vez de celebrar ingenuamente as máquinas, o compositor propõe uma reflexão. O computador aparece como metáfora do próprio limite da razão técnica. Ele calcula, processa, organiza – mas não sente, não sonha. O cérebro eletrônico se mostra como um lugar da capacidade humana de criar dispositivos capazes de calcular, organizar e processar informações.

Contudo, há algo que escapa aos circuitos. Há uma centelha que não pode ser reduzida a códigos ou algoritmos. A máquina pode realizar operações com-

plexas, mas permanece incapaz de experimentar a sensibilidade, a imaginação e o mistério da existência. Assim, a canção apresenta uma questão que permanece atual em tempos de Inteligência Artificial: quais são os limites da técnica diante da complexidade humana?

Como uma espécie de profeta poético da era digital, o compositor nos lembra que o conhecimento não se resume ao acúmulo de dados. Entre o cálculo e a criação existe um oceano. Entre a informação e a consciência existe uma travessia. E é justamente nessa travessia que a humanidade continua a buscar respostas.

Se em *Cérebro Eletrônico* (Gil, 1969) a reflexão recai sobre as máquinas e seus limites, em *Queremos Saber* (Gil, 1975) o foco desloca-se para o próprio conhecimento. A canção ecoa como um manifesto em defesa da curiosidade humana. Não se trata apenas de saber por saber, mas de compreender os impactos sociais, políticos e éticos produzidos pelas descobertas científicas.

A pergunta que permeia a obra é profundamente democrática: quem tem direito ao conhecimento? Ao afirmar que “queremos saber”, Gil transforma uma inquietação individual em um desejo coletivo. O saber deixa de ser privilégio de poucos e passa a constituir um patrimônio compartilhado. Nesse sentido, a canção dialoga diretamente com os princípios da divulgação científica contemporânea, que busca aproximar ciência e sociedade, reduzindo distâncias entre especialistas e cidadãos.

A ciência aparece então como uma grande árvore. Suas raízes estão fincadas na curiosidade humana, seu tronco é formado pela pesquisa e seus galhos alcançam diferentes dimensões da vida social. Entretanto, seus frutos somente cumprem sua função quando podem ser colhidos por todos.

A obra de Gil nos recorda que cada descoberta científica carrega consigo responsabilidades. O conhecimento é luz, mas também exige reflexão sobre os caminhos que ilumina. Por isso, a canção não celebra apenas os avanços da ciência; ela reivindica participação, compreensão e transparência. Em outras palavras, reivindica uma ciência que dialogue com a sociedade.

Nesse movimento, a música transforma-se em um poderoso recurso de divulgação científica. Ao converter conceitos complexos em linguagem poética, Gil demonstra que a arte pode funcionar como uma ponte entre diferentes formas de conhecimento. A canção torna-se, assim, um espaço de encontro entre razão e sensibilidade, entre informação e imaginação.

Décadas mais tarde, a “prosa” entre ciência, tecnologia e cultura reaparece em *Pela Internet e Pela Internet 2* (Gil, 1996; 2008). Nessas obras, Gil observa o surgimento de um novo mundo conectado por redes digitais, a ideia de uma **sociedade em rede** (Castells, 1999). A internet não aparece apenas como ferramenta tecnológica, mas como símbolo de uma transformação profunda nas formas de comunicação e circulação do conhecimento.

Cabos submarinos, satélites e sinais invisíveis unem territórios distantes, criando uma teia global de informações. O planeta passa a pulsar como um grande organismo interligado, no qual mensagens atravessam fronteiras em questão de segundos. O que antes dependia de longas distâncias e demorados deslocamentos passa a ocorrer na velocidade da luz.

A imagem construída por Gil nos escancara uma internet que surge como um oceano digital onde navegam ideias, saberes e culturas. Cada conexão funciona como uma ponte suspensa entre diferentes mundos. Cada mensagem enviada representa uma tentativa de aproximação entre sujeitos separados pelo espaço geográfico, mas unidos pela tecnologia.

Assim, ao percorrer obras como *Cérebro Eletrônico*, *Queremos Saber*, *Pela Internet* e *Pela Internet 2*, percebemos que Gilberto Gil constrói uma verdadeira cartografia poética da ciência e da tecnologia. Suas canções revelam que o conhecimento não é uma coleção de respostas prontas, mas um horizonte em permanente construção.

A divulgação científica, nessa perspectiva, não consiste apenas em transmitir informações. Trata-se de despertar perguntas, provocar reflexões e alimentar a curiosidade, independente do recurso adotado. Afinal, tanto a ciência quanto a arte nascem do mesmo impulso fundamental: o desejo humano de compreender o mundo.

E talvez seja exatamente isso que a obra de Gil nos ensina. Que conhecer é navegar. Que pesquisar é atravessar mares desconhecidos. Que divulgar ciência é acender faróis em meio à névoa. E que, entre notas musicais e descobertas científicas, seguimos todos viajantes de uma mesma travessia.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Gilberto Gil. **Cérebro Eletrônico**. In: *Gilberto Gil*. Rio de Janeiro: Philips Records, 1969.

Gilberto Gil. **Queremos Saber**. In: *Refazenda*. Rio de Janeiro: Phonogram, 1975.

Gilberto Gil. **Pela Internet; Pela Internet 2**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1996; 2008.



Ingrid de Magalhães Porto Cruz

Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT). Bolsista PROSUP/CAPEL.
E-mail: Ingridporto.cruz@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0614-0539>



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4216>

CULTURA DIGITAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: DESAFIOS DA AUTORIA HÍBRIDA E DA ÉTICA NO USO DA IA

Patrícia Lima Santos Batista | Alana Danielly Vasconcelos

Desde o final do século XX, vivemos imersos na cultura digital, analogamente, chamada de cibercultura. “A era do computador, entre inúmeras outras consequências, levou ao advento das redes digitais, do smartphone e a uma sequência de outras emergências tecnológicas que hoje são constitutivas de nossa vida” (Santaella, 2025, p. 35). Dentro desse cenário, a inteligência artificial (IA) surge como um ramo da computação que busca simular processos da inteligência humana, funcionando como uma verdadeira expansão da nossa capacidade de processar informações (Santaella, 2025). O grande salto tecnológico, no entanto, é a inteligência artificial generativa (IAG), que é um “tipo de inteligência artificial que tem a capacidade de gerar conteúdo (dados, textos, imagens, sons) com base em algoritmos de aprendizado, redes neurais e treinamento em um grande conjunto de dados” (Lemos, 2024, p. 76).

Corroborando as discussões apresentadas no livro *Educiber*, Porto, Vasconcelos e Linhares (2024) abordam a inteligência artificial em diferentes contextos, com destaque para sua aplicação na educação. Segundo os autores, a capacidade criativa das máquinas introduz o conceito de autoria híbrida, caracterizado pela inte-

gração entre as capacidades humanas e as capacidades computacionais na produção de conhecimento. No processo de escrita, essa autoria contribui para diferentes aspectos, como a análise morfossintática, a adequação da linguagem ao contexto solicitado e a organização da estrutura textual. Dessa forma, a inteligência artificial generativa potencializa a produção textual ao atuar como ferramenta de apoio, ampliando as possibilidades de criação e aprimoramento dos textos, sem substituir a participação crítica e autoral do sujeito.

“A tecnologia pode ser inteligente, mas a responsabilidade continua sendo humana.”

Nesse contexto, a inteligência artificial pode processar informações e identificar padrões de forma muito eficiente, mas seu funcionamento é diferente do pensamento humano. Para Santaella (2025), enquanto as pessoas possuem emoções, experiências e cons-

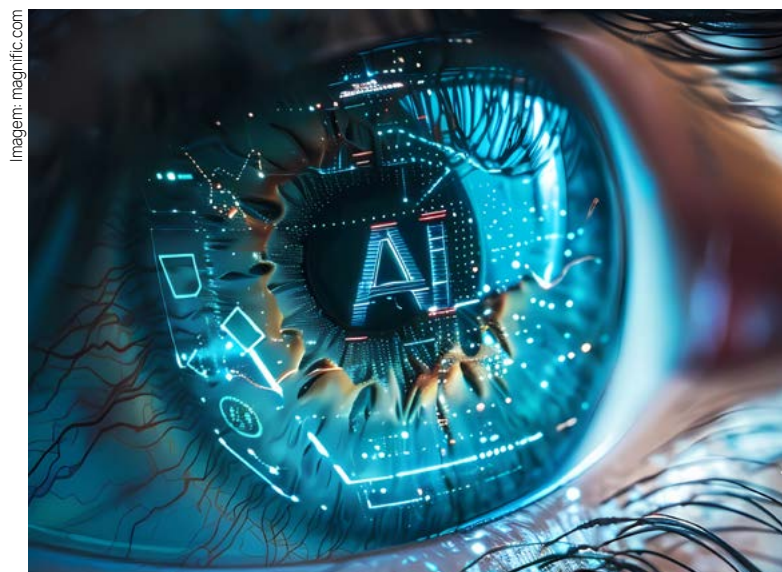
ciência, a IA utiliza raciocínio lógico que é desprovido de experiências interiores do pensamento. Por isso, embora seja uma ferramenta poderosa, ela ainda depende da orientação humana para ser utilizada de maneira ética e responsável.

O uso desses recursos exige atenção, pois a IAG pode produzir informações incorretas ou fictícias, fenômeno denominado por Lemos (2024) de alucinações

algorítmicas. Segundo o autor, essas alucinações decorrem de erros lógicos nos processos internos do sistema, resultantes em falhas, relacionadas a fatores externos como infraestrutura, ou perturbações provocadas quando o uso da tecnologia contraria valores sociais ou contribui para a disseminação da desinformação. Nesse contexto, ratificando as ideias de Lemos (2024) quando conclui que os erros da IAG não devem ser compreendidos apenas como falhas técnicas, mas como estratégia metodológica e epistemológica para pesquisa sobre a IA. O uso dessas tecnologias pode representar oportunidades de pesquisas e despertar postura crítica e consciente por parte do ser humano, que deve avaliar, interpretar e verificar as informações produzidas pela IA, em vez de assumir uma posição passiva diante das respostas automatizadas.

Considerando esses desafios, a postura ética torna-se uma referência essencial no uso cotidiano da IA em contexto acadêmico. Nesse sentido, a ética não deve ser compreendida apenas como um conjunto de normas gerais, mas sim como um compromisso em diferentes níveis, culminando na chamada ética personalizada, entendida como a responsabilidade individual e a consciência crítica de cada ser humano ao interagir com a máquina (Santaella, 2025). Desse modo, o uso ético da IA depende menos da tecnologia em si e mais da capacidade humana de utilizá-la de forma crítica, responsável e comprometida com a integridade acadêmica.

Portanto, utilizar a inteligência artificial com integridade significa estabelecer uma autoria híbrida, na qual a máquina atua como uma expansão da inteligência humana e um auxílio estrutural, mas nunca como uma substituta da subjetividade, do sentido e da responsabilidade do autor (Porto; Vasconcelos; Linhares, 2024; Santaella, 2025). Manter essa integridade exige um esforço ativo para não “terceirizar” o pensamento, mantendo a tecnologia sob a tutela prudente do humano para que ele possa identificar possíveis alucinações e erros lógicos do sistema (Lemos, 2024; Santaella, 2025; Porto; Vasconcelos; Linhares, 2024). Nessa perspectiva, o ser humano continua sendo o principal responsável pela construção, validação e autoria do conhecimento produzido com o auxílio da inteligência artificial.



REFERÊNCIAS

- LEMOS, André Luiz Martins. Erros, falhas e perturbações digitais em alucinações das IA generativas: tipologia, premissas e epistemologia da comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 75–91, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p75-91>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/210892>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- PORTO, Cristiane de Magalhães; VASCONCELOS, Alana Danielly; LINHARES, Ronaldo Nunes. **Educiber: Educação e Inteligência Artificial – Travessias**. Aracaju: EdUnit, v. 6, 2024. Disponível em: https://editoratiradentes.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Educiber_v6.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.
- SANTAELLA, Lúcia. **Ética e criatividade na Inteligência Artificial**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2025.



Patrícia Lima Santos Batista

Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes (PPED-UNIT).
E-mail: paty.ls2013@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4728802359907897>.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6030-0602>



Alana Danielly Vasconcelos

Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu na Universidade Tiradentes (UNIT).
E-mail: alana.vasconcelos@hotmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9144930400445544>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7097-9478>.



DOI - <http://dx.doi.org/10.17564/2965-6222.2026.v4.n2.e4217>



COMO PUBLICAR

- ✓ Usar apenas **três referências** em cada texto, de acordo à ABNT-NBR-6023-2018;
- ✓ **Tipo da Letra:** Arial, tamanho 12, Espaço 1,5 entrelinhas;
- ✓ **Títulos** - Evitar títulos demasiadamente longos, ou até quebra em título e subtítulo;
- ✓ **Textos** - Marcar (**caso seja pertinente**) uma ou duas **frases de destaque** nos textos para serem usadas como referência para diagramação e deixar o bloco textual menos rígido e monolítico. **Linguagem leve, descomplicada e acessível**, não alterar os dados da pesquisa, mas apresentá-los por meio de um discurso mais leve e menos técnico;

Anexar junto aos textos duas ou mais **fotos, imagens ou ilustrações** com qualidade, para a composição da página, seja como referência ou que seja parte essencial do texto. **Obs. Imagens com a fonte e uma legenda de 1 linha, imagens pixeladas ou em baixa qualidade serão excluídas;**

- ✓ **Autores** - **até três pessoas** - no final do texto adicionar um minicurrículo de até 2 linhas, mais e-mail de cada autor, link doattes e Orcid. Adicionar uma foto colorida (selfie) dos autores. Obs. Separa fotos da mesma dimensão, evitar fotos cortadas (cabeça, corpo).

Envie seu texto com até três páginas para
revista.dcientifica@gmail.com
e **crismporto@gmail.com**
(no assunto do e-mail indicar "Revista READ")

Aguardamos seu texto! :-)

